

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Tonildes Lisboa de Ataíde

**AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU:
ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL.**

**Belém
2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Tonildes Lisboa de Ataíde

**AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU:
ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Carneiro Conceição

**Belém
2005**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO AGROPECUÁRIO
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL
CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tonildes Lisboa de Ataíde

AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU:
ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Data: 15/07/2005

Banca Examinadora:

Nome: Maria de Fátima Carneiro da Conceição
Titulação: Doutora
Instituição: UFPA

Nome: Thomas Peter Hurtienne
Titulação: Doutor
Instituição: UFPA

Nome: Gutemberg Armando Diniz Guerra
Titulação: Doutor
Instituição: UFPA

Belém
2005

A TOMILDES MONTEIRO DE ATHAYDE E PALMIRA
LISBOA GAIA DE ATAÍDE, MEUS PAIS, AMIGOS E
ETERNOS COMPANHEIROS, DEDICO ESTE TRABALHO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que gentilmente colaboraram com a realização deste trabalho, em especial a: Renato Souza, por suas contribuições ao texto original, Eraldo Trevizan, que cedeu algumas fotografias, Djacy Cruz da Silva, Chefe da FUNASA em Igarapé-Açu, que disponibilizou o Mapa Cartográfico de Igarapé-Açu; Arlete Nascimento, Wilza Pinto, Oscarlindo Pinto, Antonio Alexandre Ribeiro da Silva, Edilton Andrade, Maria Serrate Porfírio Freitas, Olinto Rocha, Carlos Teixeira, Valdete, Ailton, Andreza Araújo, João Coelho, Tereza Soares, Dona Nenê, participantes das experiências em desenvolvimento local implantadas em Igarapé-Açu, pelas entrevistas prestadas e pela disponibilização de documentos.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos sem a qual dificilmente poderia ter realizado este trabalho.

Agradeço aos professores do Curso de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, em especial ao Prof. Gutemberg Armando Diniz Guerra, pelas contribuições acadêmicas.

Agradeço à Marina, Estela, Edna, Sr. Wilson, Fátima, funcionários do NEAF que me acolheram nos momentos mais difíceis, pelos quais tenho profundo respeito e carinho.

Agradeço à Professora Maria de Fátima Carneiro Conceição, dedicada orientadora deste trabalho, sempre disposta a me ajudar na difícil caminhada do aprimoramento acadêmico, desde a época de minha graduação.

Ao final, agradeço a meus irmãos: Glácia Lisboa de Ataíde, Tomé, Tomaz, Tomires, Diana e Tolestoi. À minha esposa Antonia Leonildes e a meus filhos: Társila Lameira de Ataíde e Thales Lameira de Ataíde, pelo apoio, carinho e incentivo que sempre me dedicaram.

“PARA ROMPER COM O ASSISTENCIALISMO, PRECISAMOS CONSTRUIR AS IDÉIAS E APRENDER, NA PRÁTICA, QUE AS COISAS NÃO SÃO DADAS, MAS CONQUISTADAS.”

(Andreza Araújo, membro da ONG Nheegatu, Igarapé-Açu, Pará)

RESUMO

Pesquisou-se o desempenho dos projetos de desenvolvimento local sustentável implantados no Município de Igarapé-Açu, Estado Pará, no período de novembro do ano 2000 a fevereiro de 2005, objetivando avaliar as contribuições desses projetos ao fortalecimento da participação dos agricultores familiares envolvidos. Para isto foram examinadas as seguintes experiências: Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD; Projeto Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS- coordenado pelo SEBRAE; e o Projeto de Desenvolvimento Local, coordenado pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Neste trabalho compreendemos participação enquanto ato de conquista e de autopromoção dos sujeitos envolvidos que passam a figurar como protagonistas de suas histórias. Partimos da hipótese de que as experiências examinadas pouco fortaleceram o processo de participação compreendido segundo o conceito aqui adotado, frustrando, inclusive, as propostas originais dos projetos. Para verificação dessa hipótese utilizamos como procedimento metodológico a observação participante, no caso do projeto coordenado pela UFRA, que está em andamento. Para este e demais casos, realizamos entrevistas abertas junto a “informantes-chaves”, tais como: coordenadores dos projetos, representantes de instituições parceiras e lideranças comunitárias. Utilizamos também entrevistas semi-estruturadas e análise documental de arquivos, bem como, analisamos a relação entre a teoria e a prática das experiências avaliadas. A pesquisa apontou um descompasso entre a proposta teórica dos projetos e o seu desenvolvimento prático. Há projetos em que a participação dos agricultores familiares ficou prejudicada pela pouca socialização e compreensão da proposta; a falta de transparência na aplicação dos recursos; a falta de sentimento de pertencimento por parte dos beneficiários; e a capacitação pouco eficiente. No caso onde a capacidade de decisão dos agricultores foi mais bem estimulada, houve maior apropriação do processo de desenvolvimento local e uma tendência a uma participação mais ativa e consciente dos agricultores.

Palavras-Chaves: Participação. Protagonismo. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Researched the performance of sustainable local development projects implemented in the Municipality of Igarapé-Açu, Para State, from November 2000 to February 2005, to evaluate the contribution of these projects to strengthen the participation of family farmers involved. For this we examined the following experiences: Project BNDES - Local Development UNDP Technical Cooperation, Project Integrated and Sustainable Local Development - DLIS-coordinated by SEBRAE, and Local Development Project, coordinated by the Federal Rural University of Amazonia - UFRA. In this paper we understand participation as an act of conquest and self-promotion of the individuals involved that are appearing as protagonists in their stories. The assumption is that experiences little examined strengthened the participation process understood according to the concept adopted here, frustrating even the original proposals of projects. To verify this hypothesis we used as a methodological procedure participant observation, in the case of a project coordinated by UFRA, which is ongoing. For this and other cases, we conducted open interviews with the "key informants," such as project coordinators, representatives of partner institutions and community leaders. We also use semi-structured interviews and documentary analysis of files, as well as analyzing the relationship between theory and practice for the experiences. The research showed a gap between the theoretical proposal of the project and its practical development. There are projects in which the participation of farmers was hampered by poor socialization and understanding of the proposal and the lack of transparency in the application of resources, lack of sense of belonging by beneficiaries; training and inefficient. In the case where the decision-making capacity of farmers was better stimulated, a greater ownership of the process of local development and a trend to a more active and conscious participation of farmers.

Key Words: Participation. Leadership. Sustainable Development.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. PARTICIPAÇÃO: BREVE ENFOQUE TEÓRICO..... | 21 |
| 2.1 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... | 21 |
| 2.2 ALGUMAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO..... | 23 |
| 2.2.1 Participação enquanto valor instrumental..... | 26 |
| 2.2.2 Participação: processo de conquista..... | 28 |
| 3. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ESTUDO..... | 30 |
| 3.1 O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU..... | 30 |
| 3.2 ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES ASSOPEP..... | 33 |
| 3.3 ASSOCIAÇÃO “NOVO BRASIL”..... | 34 |
| 3.4 LOCALIDADE DE LIVRAMENTO..... | 38 |
| 4. EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL..... | 42 |
| 4.1 VISÃO OFICIAL..... | 42 |
| 4.1.1 Projeto BNDES/PNUD..... | 43 |
| 4.1.1.1 Projeto BNDES/PNUD em Igarapé-Açu..... | 56 |
| 4.1.2 Projeto DLIS..... | 60 |
| 4.1.2.1 O DLIS em Igarapé-Açu..... | 72 |
| 4.1.3 Projeto Pro-UFRA..... | 75 |
| 4.1.3.1 Projeto Pro-UFRA em Igarapé-Açu..... | 79 |
| 5. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E AUTOPROMOÇÃO..... | 85 |
| 5.1 CONTRIBUIÇÕES PARA AUTOPROMOÇÃO..... | 85 |
| 5.1.1 Socialização e Compreensão das propostas..... | 90 |
| 5.1.2 Transparência na aplicação dos recursos..... | 93 |
| 5.1.3 Sentimento de pertencimento..... | 97 |
| 5.1.4 Capacitação..... | 101 |
| 5.2 DESEMPENHO DAS EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL..... | 109 |
| 6. CONCLUSÃO..... | 114 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 118 |
| APÊNDICE..... | 122 |
| ANEXOS..... | 124 |

1. INTRODUÇÃO

O aprofundamento das discussões sobre o tema participação tem assumido grande relevância nas sociedades contemporâneas, especialmente devido aos debates acerca das transformações de âmbito planetário que, nas últimas décadas, vêm inquietando as esferas governamentais, o meio acadêmico, as organizações civis e a sociedade em geral.

Essas transformações têm sido interpretadas como indícios da superação de uma fase histórica inaugurada com o advento da modernidade e passando a assumir os contornos de uma sociedade pós-moderna. A esse respeito Giddens (1991, p. 12) argumenta que “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas do que antes”. O autor enfatiza que as transformações nos modos de vida produzidos pela modernidade nos distanciam dos tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira sem precedentes na história.

Salienta, porém, que a modernidade é um fenômeno de dois gumes: de um lado “o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno” (GIDDENS, 1991, p. 16). Ao mesmo tempo, a modernidade tem também um lado sombrio já apontado por autores clássicos da sociologia como: Marx, Weber e Durkheim. Segundo Guiddens:

Todos os três autores viram que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das ‘forças de produção’ teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material (GUIDDENS, 1991, p. 17).

De fato, somente nas últimas décadas a questão ambiental tem alcançado ressonância planetária em razão de suas causas e consequências nefastas. Nesse aspecto registramos o

alerta feito por Capra (1996, p. 23), quando destaca que a humanidade está se defrontando “com uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível”.

A percepção das consequências indesejáveis da modernidade nos aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais, nos leva a buscar caminhos alternativos, que possam apontar para um horizonte mais sustentável. Neste sentido, Capra argumenta que “há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores” (CAPRA, 1996, p.23). Ou seja, as soluções para os principais problemas da sociedade contemporânea exigem mudanças profundas nas relações dos seres humanos entre si e destes com o meio ambiente.

Dowbor (1994, p. 48) nos mostra que “é frente a essas transformações que o instrumento básico do poder local, a participação comunitária, adquire uma importância de primeiro plano, não como uma panaceia, mas como mecanismo complementar de outras transformações concomitantes”. O autor destaca que a participação comunitária exige uma organização voltada para o atendimento de questões comuns, portanto:

Uma sociedade organizada – e os processos produtivos modernos não podem mais prescindir dessa organização – envolve uma cooperação articulada dos mecanismos de mercado, de planejamento central, de política de renda, de redes interempresariais, de participação comunitária e de concertação internacional. Não existe mais uma única solução simplificadora. Estamos na era das transformações tecnológicas profundas, da ‘aldeia global’, que outros chamam de ‘espaçonave terra’, para acentuar o nosso destino comum e nossa interdependência. É a era dos processos econômicos e sociais articulados, da diversificação e da complexidade global, que exigem participação consciente e contribuição organizada de todos (DOWBOR, 1994, p. 49).

No âmbito desse debate o tema participação tem assumido relevância entre os autores que discutem questões relacionadas ao desenvolvimento. Destacamos o trabalho de Robert Putnam (1996) que tem examinado os fatores influentes das transformações que

diferenciaram, do ponto de vista socioeconômico, as regiões Norte e Sul da Itália. O autor buscou investigar empiricamente “se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica” (PUTNAM, 1996, p. 101). Para o autor em uma comunidade cívica a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos.

Com isto demonstra que a participação em uma comunidade cívica pressupõe espírito público, ou seja, pressupõe que a busca pelos interesses públicos, favorece o atendimento dos interesses pessoais. Podemos com isto perceber que a participação está posta como fator preponderante para o enfrentamento dos desafios da modernidade. Mas, afinal de contas, o que seria esse instrumento tão importante para a construção de uma comunidade mais cívica?

São muitos os conceitos que expressam a participação. Para autores especialistas da linguística brasileira participar é “informar, comunicar; ter ou tomar parte em; ter parcela em um todo” (FERREIRA, 2001, p. 516; BUENO, 1976).

Discutindo a participação no âmbito dos processos produtivos Goni (1995) reafirma essa perspectiva mostrando que participar é:

Fazer parte, tomar parte, ter parte... SER PARTE! No planejamento, na direção, na organização, no controle, na GESTÃO do EMPREENDIMENTO cooperado, constituído da Unidade Econômica Associativa (U.E.A – Cooperativa ou Associação) que pertence a todos os sócios; e das Unidades Econômicas Familiares (U.E.F – Propriedades ou Lotes), cada uma delas a empresa de cada família (GONI, 1995, p. 07, 1995).

A participação, portanto, pode adquirir diversos significados. A respeito desse caráter ambíguo, Passos (2004, p. 93) nos mostra que “a participação dentro de uma comunidade depende muito da forma como determinado objetivo é conduzido e por quem ele é conduzido”. Ou seja, o termo é compreendido em função dos interesses subjacentes nas relações sociais e da visão de mundo dos diferentes sujeitos no âmbito comunitário ou foras dele.

O conceito de comunidade será tratado neste trabalho na perspectiva de Santos (1995, p. 315) correspondendo ao “conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras”. Nesses espaços de relações buscaremos avaliar a participação dos agricultores familiares em projetos de desenvolvimento local sustentável.

Para o exame que estamos propondo, partimos do princípio de que a participação deve ocorrer dentro de um processo de conquista para que possa revelar sua força transformadora da realidade social. Conforme demonstrou Demo (2001, p. 18): “dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual”. A respeito da autopromoção o autor nos mostra a seguinte definição:

Entendemos por autopromoção a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou pelo menos a co-gerir a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de carência de ajuda (DEMO, 2001, p. 67).

Demo (2001) argumenta ainda que a autopromoção objetiva superar as formas assistencialistas de política social, bem como as residualistas, compensatórias e emergenciais.

Partindo do pressuposto de que participação é conquista, ou seja, é essencialmente a autopromoção do ser humano, buscaremos avaliar as contribuições que as experiências em desenvolvimento local sustentável têm propiciado aos agricultores familiares, para que conquistem seu direito de participar do processo de desenvolvimento de suas localidades, de forma consciente.

A autopromoção exige a melhoria das condições de pobreza política, esta entendida como tipo de condicionamento social que se expressa na “pessoa ou grupo que vive a

condição de massa de manobra, de objeto de dominação e manipulação, de instrumento a serviço dos outros” (DEMO, 1999, p. 15). Com base nesta referência levantamos a hipótese de que as experiências em desenvolvimento local examinadas não conseguiram instrumentalizar satisfatoriamente os agricultores familiares para a conquista do seu direito de participar, frustrando a proposta original, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Na perspectiva de Ferreira (2001), instrumentalizar significa prover os meios necessários para alcançar um determinado objetivo, neste caso, a conquista da participação.

Para o exame de nosso objeto de pesquisa faremos uma avaliação comparativa entre três experiências em processos de desenvolvimento local sustentável ocorridas no Município de Igarapé-Açu, Estado do Pará, a saber: o Projeto BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) – Cooperação Técnica do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); o Projeto DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), coordenado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas); e o Processo de Desenvolvimento Local estimulado pela UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia).

Com esse procedimento comparativo temos a intenção de verificar qual dessas experiências melhor instrumentalizou os agricultores familiares para a conquista da participação, ou seja, para a conquista de sua autopromoção. Ressalta-se que essa tarefa será realizada em um ambiente que requer cuidados específicos decorrentes do ato de examinar uma realidade social extremamente próxima das relações cotidianas do pesquisador.

O fato de ser residente no Município de Igarapé-Açu e ter acompanhado as experiências em desenvolvimento local que serão examinadas favoreceu-me perceber a leitura empírica externada pela população local, técnicos e coordenadores das instituições responsáveis pela implantação das referidas experiências. A partir desse ponto de partida me senti estimulado a buscar uma melhor compreensão acerca das manifestações que traduzem a

participação dos agricultores familiares nos referidos processos. Minha busca por uma interpretação cientificamente fundamentada tem inspiração nas idéias de Köche (2000), segundo o qual:

O que impulsiona o homem em direção à ciência é a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos e fenômenos, captadas pela percepção sensorial e analisadas de forma superficial, subjetiva e a crítica pelo senso comum (KÖCHE, 2000, p. 29).

As inquietações em busca de explicação científica de fenômenos ocorridos em processos, cujos desdobramentos me foram tão familiares em razão de ter participado ativamente como membro das Equipes Locais, do Projeto BNDES/PNUD e no Processo de Desenvolvimento Local estimulado pela UFRA, coloca-me o desafio de construir o estranhamento necessário para que as noções preconcebidas, conceitos e preconceitos cristalizados possam estar submetidos a um exame mais crítico que permita conferir ao trabalho de pesquisa a confiabilidade científica necessária. Neste sentido Velho (1978) nos alerta que:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente (VELHO, 1978, p. 39).

Dessa maneira, adotei a compreensão de que a busca por esse ideal de estranhamento leva o pesquisador a um processo que Da Mata (1978) chamou, ilustrativamente, de viagem *Xamanística*, ou seja:

Um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. E, de fato, as viagens *xamanísticas* são viagens verticais (para dentro e para cima) muito mais do que horizontais, como acontece nas viagens clássicas dos heróis homéricos. E não é por outra razão que todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são *xamãs*, curadores, profetas, santos e

loucos; ou seja, os que de algum modo se dispuseram a chegar ao fundo do poço de sua própria cultura (DA MATA, 1978, p. 29).

Em casos como este, em que temos que pesquisar em nossa própria sociedade, compartilhando dos mesmos valores culturais, um problema que se coloca é o de “tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social para poder [...] estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (ou reconhecer, como fazem as crianças quando perguntam os ‘porquês’) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (DA MATA, 1978, p. 28).

Buscar um nível ideal de estranhamento que permita problematizar acerca de questões que fazem parte do cotidiano é uma tarefa que pretendo implementar sem a ilusão inerente a modelos positivistas que concebem o conhecimento científico isento de juízos de valores, onde os dados pesquisados falam por si mesmos. Neste trabalho, acatamos a concepção de objeto construído, apresentada por Demo (1985), segundo a qual a ciência não trabalha com objetos dados ou puros, mas com objeto construído, significando dizer “que não trabalhamos com a realidade, pura e simplesmente, de forma imediata e direta, mas com a realidade assim como a conseguimos ver e captar. Temos da realidade uma visão mediada, ou seja, (...) vemos a partir de um ponto de vista” (DEMO, 1985, p. 45).

Demo (1985, p. 46) ressalta que quando julgamos um dado evidente “não é por si, mas porque cai naturalmente na malha de nossa interpretação que, por razões ideológicas, julgamos evidente”. Segundo Velho (1978), a leitura que fazemos da realidade pesquisada é uma interpretação e por mais que se busque reunir dados “verdadeiros” e “objetivos” sobre a vida de um determinado universo, a subjetividade estará sempre presente.

Logo, nosso esforço foi de buscar a objetivação necessária a fim de que a interpretação dos dados possa responder ao problema levantado de forma coerente, dentro de um determinado ponto de vista. Compreendemos objetivação na perspectiva de Demo (1985) que

confere ao termo o caráter de um processo inacabável, mas necessário, de depuração ideológica da ciência. Dentre os cuidados metodológicos apontados por Demo, almejando o compromisso do pesquisador com a objetivação está: “trabalho *sine ira et studio*, significando a atitude distanciada, na procura de não se deixar envolver em excesso por aquilo que gostaríamos que fosse, em detrimento daquilo que de fato é” (DEMO, 1985, p. 46). No caso dessa pesquisa esse cuidado é de fundamental importância em vistas do meu envolvimento nas experiências que serão examinadas.

Considerando que “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações” (VELHO, 1978, p. 45). Faremos o esforço de alcançar esse ideal através dos seguintes procedimentos: exame da versão oficial dos projetos; exame da versão apresentada pelos diferentes sujeitos (coordenadores, técnicos e parceiros) envolvidos na execução prática; bem como, através do debate teórico fundamentado nas ideias de autores que discutem o tema participação.

Conforme vimos, o exame dessas diferentes versões tem a expectativa de propiciar a análise da participação dos agricultores familiares nos projetos, dessa maneira “buscando interpretar o fluxo do discurso social” (GEERTZ, 1978, p. 31) existente, a fim de que nos seja permitido perceber a importância do que está sendo transmitido a partir de questões cotidianas como, por exemplo: as conversas informais; discursos eloquentes ou silêncio absoluto; ausências e presenças. Manifestações estas que expressam o discurso social e que nos servirão de importante base de análise. Para isto, usaremos como técnica de pesquisa a Observação Participante.

Com a implantação das experiências em desenvolvimento local que serão examinadas tive a oportunidade de observar vários de seus desdobramentos, na qualidade de membro voluntário de suas equipes locais (projeto BNDES/PNUD e Processo de Desenvolvimento

Local estimulado pela UFRA) e na qualidade de membro da sociedade igarapeaquense, no caso do Projeto DLIS.

Além das reuniões e encontros promovidos no âmbito das referidas experiências, participei também de cursos, palestras e de grupos de trabalho formados para execução de tarefas dos projetos. Nesses eventos pude observar o envolvimento dos diferentes sujeitos, especialmente dos agricultores familiares, com os quais compartilhei angústias e incertezas quanto à compreensão das propostas e o desenvolvimento dos processos.

Observei posicionamentos não assumidos oficialmente e que foram revelados em contatos informais, nas pausas para refeições, cafezinhos e mesmo nas ruas e corredores. Esses momentos foram importantes para o levantamento de dados e qualificação das fontes primárias.

Oliveira (1996) salienta a importância desses momentos de partilha de informações, de diálogo, destacando que, para que haja Observação Participante é fundamental que o contato entre os sujeitos da pesquisa ocorra de forma dialógica, ou seja, ambos (pesquisador e pesquisado) se tornem interlocutores e abertos para o diálogo. Neste sentido o ato de ouvir “ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação” (OLIVEIRA, 1996, p 21).

Além da Observação Participante utilizamos entrevistas abertas junto a informantes-chaves, como por exemplo: membros das Equipes Locais, representantes de instituições parceiras (Sindicatos, Cooperativas, associações, autarquias) e representantes do poder público municipal.

Aplicamos também entrevistas semi-estruturadas, junto aos membros de instituições executoras e parceiras, bem como, junto aos agricultores familiares envolvidos.

Os agricultores entrevistados foram definidos a partir do fato de pertencerem a uma localidade, ou entidade, onde os projetos tiveram atuação, a saber: Projeto Bndes –

Cooperação Técnica do PNUD: Associação dos Pequenos Produtores - ASSOPEP; Projeto DLIS: Associação Comunitária Novo Brasil; Projeto de Desenvolvimento Local coordenado pela UFRA: localidade de Livramento. Essas organizações têm em média quarenta (40) associados, razão pela qual realizamos quatro (04) entrevistas em cada uma delas, representando 10 % do universo.

Essas entrevistas semi-estruturadas (apêndice A) tiveram o objetivo de levantar dados para entender até que ponto as propostas teóricas e sua execução estavam sendo compreendidas e compartilhadas, entre os diferentes sujeitos. Para isto fizemos as mesmas perguntas para executores, parceiros e agricultores familiares, visando perceber suas percepções acerca dos projetos no qual estavam envolvidos. Isto nos permitiu verificar que algumas informações têm maior fluidez entre todos os participantes e outras fazem parte de circuitos bastante fechados, como por exemplo, quando se refere aos recursos financeiros e materiais empregados, o que nos levou a refletir acerca da transparência na execução dos projetos e do nível de confiança necessário para que haja uma efetiva participação, conforme observado por Putnam (1996). A confiança neste caso se expressa como fator importante para a geração de capital social, conforme veremos nas páginas seguintes.

Os dados secundários foram coletados em acervos particulares de dirigentes sindicais, lideranças comunitárias, membros das Equipes Locais do projeto BNDES/PNUD e do Processo de Desenvolvimento local estimulado pela UFRA, bem como nos acervos particulares de membros do Projeto DLIS. Outros locais onde conseguimos reunir documentos foram: Escritório Local do Sebrae, Secretaria Municipal de Agricultura de Igarapé-Açu, Fazenda Escola da UFRA.

Para avaliar a participação dos agricultores familiares nos projetos de desenvolvimento local, adotamos como ponto de partida os seguintes pressupostos: a) a participação é conquista, ou seja, é autopromoção; b) a fim de que os processos de desenvolvimento local

possam contribuir favoravelmente para a conquista da participação devem buscar o melhoramento das condições de pobreza política¹; c) nos casos que estamos examinando, o melhoramento das condições de pobreza política ocorre quando:

- Há socialização e compreensão da proposta pelos agricultores familiares, contribuindo-se para romper com a possibilidade de dominação através do monopólio do conhecimento,
- Quando há transparência na aplicação dos recursos, com a prestação de contas disponibilizada em uma linguagem acessível a todos, para que os laços de confiança se fortaleçam e contribuam para o crescimento do capital humano e social,
- Quando os participantes têm pela proposta um sentimento de pertencimento, que se traduza em maior responsabilidade e compromisso.
- Quando a capacitação contribui para o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

Esperamos que a discussão desses pressupostos nos permita perceber as contribuições dos projetos para a melhoria do nível de pobreza política dos agricultores familiares envolvidos, a fim de que possamos avaliar suas contribuições para a participação ativa, consciente e comprometida com o desenvolvimento das localidades envolvidas.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: No primeiro Capítulo é feito um breve recorte teórico acerca do tema participação como forma de aproximar a discussão desse tema ao objetivo maior dos projetos: o desenvolvimento com sustentabilidade.

Mostraremos algumas formas de participação que figuram em dois eixos extremos: de um lado, a participação enquanto valor instrumental que, conforme veremos, reafirma as estruturas de dominação e, do outro lado, a participação enquanto processo de conquista, que busca a autopromoção

¹ Condição de pobreza política é entendida como tipo de condicionamento social que se expressa na “pessoa ou grupo que vive a condição de massa de manobra, de objeto de dominação e manipulação, de instrumento a serviço dos outros” (DEMO, 1999, p. 15).

dos sujeitos. Esta última forma comporta o conceito que adotamos como enfoque norteador deste exame.

No Capítulo II temos a caracterização da área da pesquisa, mostrando particularidades do Município de Igarapé-Açu, onde foram implantados os projetos de desenvolvimento local que avaliamos. Mostraremos também as três localidades, que usamos para estudo de caso, onde essas experiências tiveram atuação, a saber: Associação dos Pequenos Produtores ASSOPEP – Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD; Associação “Novo Brasil” – Projeto DLIS; localidade de Livramento – Projeto de Desenvolvimento Local coordenado pela UFRA. Essas diferentes experiências tiveram muitos pontos em comum, conforme veremos no Capítulo III.

Descrevemos no Capítulo III parte da formatação oficial das experiências aqui examinadas. Será um recurso metodológico que adotaremos para avaliar a aplicação prática dessas experiências e analisá-las com base nas diretrizes e pressupostos teóricos orientadores dos projetos em questão.

Compreender a visão oficial nos possibilitará percebermos em que medida as propostas estavam sendo absorvidas e apropriadas pelos sujeitos participantes, especialmente pelos agricultores familiares. Com isto esperamos perceber indícios das contribuições desses processos para que os agricultores venham a assumir o papel de protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

As contribuições dos projetos de desenvolvimento local para o protagonismo dos agricultores familiares serão mais bem avaliadas no Capítulo IV. Entendemos que o protagonismo é produto de um processo de conquista da autopromoção, dessa maneira elegemos alguns indicadores que nos permitiram avaliar as contribuições dos processos para a autopromoção dos agricultores familiares: a) a socialização e compreensão da proposta; b) a transparência na aplicação dos recursos; c) o sentimento de pertencimento; d) a capacitação.

É com base nesses indicadores que verificamos as contribuições dos projetos de desenvolvimento local para a autopromoção dos agricultores familiares, ou seja, para a conquista de seu direito de participar ativa e conscientemente.

2. PARTICIPAÇÃO: BREVE ENFOQUE TEÓRICO

2.1. PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate internacional acerca das transformações vivenciadas pelo mundo contemporâneo ficou especialmente registrado em eventos, como por exemplo: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, (Estocolmo, 1972); o Simpósio de Cocoyoc (México, 1974); Conferência do Clima Global em Kioto (Japão, 1977); e a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992). Esses eventos possibilitaram importantes reflexões acerca das consequências do modelo de desenvolvimento atualmente adotado, inserindo na pauta internacional as questões de ordem ambiental.

O déficit ambiental, com a diminuição da camada de ozônio, o efeito estufa, a perda de biodiversidade e o déficit social com a exclusão de milhares de pessoas das condições dignas de vida são alguns dos fatores que têm ocupado a pauta nos debates internacionais sobre o futuro da humanidade, revelando a urgente necessidade de se encontrar caminhos alternativos que possibilitem a sustentabilidade planetária. Em função disso “Nos últimos anos o tema do desenvolvimento sustentável passou a ser um paradigma cada vez mais relevante nos debates sobre modelos e alternativas de desenvolvimento” (KRÜGER, 2002, p. 90).

Kitamura (1994) demonstra que os trabalhos da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1991) apresentaram contribuições fundamentais para a construção e popularização do conceito de desenvolvimento sustentável. Para a CMMAD o desenvolvimento é sustentável quando “satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades” (CMMAD, 1991 apud KITAMURA, 1994, p. 19).

A esse respeito Krüger (2002) mostra que a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável exige a abertura de espaços de negociação com o intuito de mediar os interesses de diferentes grupos sociais na perspectiva de conciliar os interesses da sociedade atual com os interesses das futuras gerações, exigindo também que haja uma sintonia entre os objetivos globais com as condições locais. Neste sentido o autor destaca que “sem participação não existe negociação e sem negociação não há sustentabilidade” (KRÜGER, 2002, p. 91).

Nessa perspectiva podemos perceber que a participação é um elemento fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável, possibilitando o diálogo entre diferentes sujeitos em favor de objetivos comuns. Porém, conforme nos mostra Albuquerque (1994):

Assistimos, desde os anos 90, a uma generalização do discurso da participação. A ‘participação social’, a gestão participativa, o controle social sobre o Estado e a realização de parcerias entre o Estado e a sociedade civil estão no discurso dos movimentos sociais, das escolas modernas de administração pública, das ONGs, do ‘terceiro setor’, da filantropia empresarial, de muitos governos e diversos partidos políticos, das agências multilaterais como o Banco Mundial e até mesmo do FMI. ‘Participação’, democracia, controle social e parceria parecem ser, portanto, conceitos com significado muito diverso, para os diversos atores sociais que os empregam. A generalização deste discurso envolve uma disputa pela prevalência de certas concepções e significados (ALBUQUERQUE, 2004, p. 15).

Sayago (2002) reforça esse argumento mostrando que a participação tem sido vista como a cura para todos os males, solução para todos os problemas que envolvem a sociedade podendo ser interpretada como importante ferramenta para a conquista e o exercício pleno da cidadania. Mas, ao mesmo tempo, “pode ser vista como interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais. Nessa ótica, a participação é uma ilusão do desenvolvimento dos indivíduos e de suas comunidades” (SAYAGO, 2002, p.02) uma vez que, neste último caso, a participação tem o objetivo de reafirmar socialmente as relações marcadas pelo clientelismo e o paternalismo, que inibem o desenvolvimento social e individual.

Com referência a isto, Küster argumenta que “a transformação de um sistema clientelista e paternalista depende da mudança de valores, atitudes e relações sociais para efetivar a participação no processo democrático da tomada de decisões” (KÜSTER, 2004, p. 134). A construção de um modelo de desenvolvimento sustentável depende da superação desses fatores que causam o imobilismo social e dificultam a autopromoção dos indivíduos, conforme podemos ver em Demo (1999), quando afirma que “a participação é um processo histórico de conquista da autopromoção e que, portanto, trata-se de um fenômeno essencialmente político, ainda que não divorciado da base econômica” (DEMO, 1999, p. 17).

Nessa perspectiva compreendemos que o Desenvolvimento Sustentável se constrói em um processo que envolve a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social, conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, garantindo-lhe auto-sustentabilidade e a continuidade do processo (Projeto BRA/98/017 – ADENE/PNUD, 2002,p 27). Dessa maneira fica evidenciado que a participação é um elemento importante para a construção do desenvolvimento sustentável, desde que se traduza em um instrumento para a reflexão crítica da realidade social, conquista da liberdade e da autopromoção.

Neste sentido julgamos ser pertinente fazer uma breve reflexão acerca de alguns tipos de participação que podem se manifestar no meio social, para que possamos melhor definir o conceito que utilizaremos como referência para a análise deste trabalho.

2.2 ALGUMAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Vimos anteriormente que a participação se generalizou nos discursos e práticas contemporâneos assumindo um caráter político por excelência, visto que se reproduz e se transforma no âmbito das relações de poder. Pode se configurar dentro de pólos extremos que

vão desde assumir o caráter de força aglutinadora de interesses comuns visando o desenvolvimento com equidade, ou se converter em um mecanismo para reafirmar a dominação e manutenção de uma ordem social vigente. Em ambos os casos a sociedade é chamada a participar, porém nem sempre esta participação tem por objetivo contemplar os verdadeiros interesses dos participantes.

Em razão dessas ambiguidades demonstramos alguns tipos de participação que podem ter ocorrido no âmbito dos projetos que estamos avaliando. Para isto recorreremos ao trabalho de Sayago (2002, p. 09), que ressalta a possibilidade de uma “Participação Passiva: modalidade que implica a participação como repetição de comportamentos desejados. Participação no sentido quantitativo mais do que qualitativo”. A autora argumenta que nesse caso o processo é semi-participativo se constituindo em uma mera representação que geralmente se converte em uma participação esporádica. Destaca como exemplo de participação passiva “a consulta ou informação que, solicitada ou oferecida, fornece o indivíduo ou grupo. O Censo talvez seja uma clara expressão disso” (SAYAGO, 2002, p 09).

Por outro lado Sayago (2002) destaca a participação ativa. Tipo de participação expressado na organização dinâmica de um grupo ou comunidade que assume o compromisso da luta e da conquista por meio do comprometimento direto nos assuntos de seu interesse.

Reafirmando essa mesma concepção, Turners destaca que a participação ativa é identificada nas situações “onde participar é ser parte não apenas estando em algo, mas interferindo efetivamente no processo de tomada de decisão, sobre as condições de vida e na construção dos caminhos de sua transformação” (TURNERS, 1997, p. 24). A partir dessa percepção, tomamos como princípio a ideia de que para que haja participação ativa é necessário que os sujeitos envolvidos tenham um nível adequado de compreensão acerca do processo no qual estão envolvidos.

Para os casos que estamos examinando entendemos que a devida compreensão dos projetos possibilita aos agricultores neles interferir ativamente, configurando-se fator importante para sua melhor capacidade de proposição. Ou seja, para que possam propor com fundamentação e conhecimento de causa é necessário que compreendam o processo em que estão envolvidos. Além disso, a compreensão dos objetivos, procedimentos metodológicos, cronograma, situação financeira, dentre outros elementos, favorece para que possam ativamente tomar decisões e exercer o papel de co-gestores, conforme oficialmente almejado nas versões originais dos próprios projetos.

A transparência no desenvolvimento das propostas também favorece para que haja maior compreensão do processo. Esse fator pode contribuir positivamente para o estreitamento dos laços de confiança, fortalecendo a participação dos sujeitos e atraindo a adesão de pessoas ou grupos mais distantes.

Ainda como referência para a análise a qual nos propomos, julgamos conveniente examinar o conceito de participação instrumental. Conforme podemos ver no trabalho de Sayago, esse tipo de participação tem como objetivo:

a mobilização para a obtenção de fins que visam à conquista de posição ou poder. É dirigida por organizações externas e responde a objetivos previamente elaborados pelos técnicos responsáveis. Há inclusão da população e exclusão de suas decisões. Como exemplo desse tipo de participação, podemos citar os programas sociais/participativos desenhados pelos organismos de financiamento internacional como BIRD e o BID” (SAYAGO, 2002, p.10).

Devido sua importância para o exame dos processos de desenvolvimento local sustentável a que estamos nos propondo, a participação instrumental será melhor discutida na parte seguinte.

2.2.1 Participação enquanto valor instrumental

A participação é vista como o elemento básico dos processos de desenvolvimento local sustentável, porém conforme vimos anteriormente “nem sempre se direciona numa perspectiva de valorização e impulsionamento dos interesses da população usuária” (SOUZA, 1996, p. 16), adquirindo dessa maneira um caráter apenas instrumental, em favor dos interesses de agentes externos.

Demonstrando a ação de organismos internacionais como o Banco Mundial (BID) e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD), Sayago levanta a hipótese de que estes defendem e sustentam a participação comunitária como meio para atingir o desenvolvimento “dentro de uma visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder” (SAYAGO, 2002, p. 01) o que, portanto, evidencia o caráter instrumental da participação.

Conceber a participação enquanto valor instrumental é um procedimento com vários registros na história das ações desenvolvimentistas estimuladas por organismos internacionais. Souza (1996) avaliando a concepção dominante nos processos de Desenvolvimento de Comunidade², ressalta que:

No âmbito da política social em geral, o traço mais comum da participação são as operações estruturadas em função da aceitação pelos comunitários de programas previamente estabelecidos. Participar é estimular-se para assumir a execução de ações previamente determinadas, assim como para assumir um conjunto de valores de modernidade, incorporando-os ao cotidiano das ações coletivas. Nesse sentido, as solicitações que se fazem ao Desenvolvimento de Comunidade refletem essa perspectiva. Ele deve instrumentalizar tecnicamente a ação profissional, de modo que esse tipo de participação se dê o mais eficazmente possível. Ora, o máximo da eficácia está em levar o povo à ilusão de que está participando quando, de fato, se torna cada vez mais submisso e objeto de decisões estranhas aos seus interesses e preocupações (SOUZA, 1996, p. 16).

² Desenvolvimento de Comunidade (DC) “é um processo pedagógico de ação junto às comunidades” (SOUZA, 1996, p. 13), inserido no campo de trabalho em Serviço Social.

Dessa maneira podemos perceber os laços estreitos entre participação e as relações de poder reafirmando a ideia de que o conceito de participação pode se apresentar com significados variados de acordo com os interesses de grupos dominantes ou em função da bandeira de luta empunhada pelos dominados.

Avaliando processos participativos de intervenção social baseados nas abordagens FSR/E³, Pinheiro (1995) demonstra que nessa abordagem a compreensão de poder parte da premissa que “o problema é a falta deste do lado dos pequenos agricultores, sendo portanto necessário uma redistribuição do mesmo em favor deles” (PINHEIRO, 1995, p. 36). O autor salienta que:

Este processo não acontece de forma endógena (iniciado pelas próprias pessoas), mas estimulado por agentes externos, transformados em ‘facilitadores’. Mas facilitar ‘o que’, e ‘para quem’? Os ‘facilitadores’ ainda concentram o poder, decidem em que nível deve ser transferido e em que circunstância esta transferência deve ser realizada. O poder é injetado de fora pra dentro e esta transferência fica restrita a um contexto determinado (dentro de um processo de intervenção para o desenvolvimento). Desta forma participação perde sua característica política e é concebida de forma instrumental, para um fim específico. Além de não alterar as relações de poder existentes ainda corre o risco de reforça-las” (PINHEIRO, 1995, p. 36).

Contrário ao que afirma Pinheiro percebe-se que, mesmo adquirindo um caráter instrumental, a participação não perde sua característica política, uma vez que está sendo instrumento de manutenção de poder, conforme destaca o próprio autor, no seu argumento anteriormente descrito. Demo reforça esse aspecto mostrando que:

Muitas propostas participativas acabam sendo expedientes para camuflar novas e sutis repressões. [...] Na verdade a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa da participação. [...] Quem acredita em participação estabelece uma disputa com o poder. Trata-se de reduzir a repressão e não de montar a quimera de um mundo naturalmente participativo. Assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele, e, então, abrir os espaços de participação, numa construção arduamente levantada,

³ *Farming Systems Research/Extension* . É um termo que se refere a abordagem de sistemas nas ações de pesquisa e extensão rural. “Emergiu em uma era pós-revolução verde, em conseqüência das crescentes críticas e questionamentos em relação a eficiência do modelo disciplinar, reducionista e produtivista na geração e difusão de tecnologias para os agricultores familiares” (PINHEIRO, 1995, p. 22).

centímetro por centímetro, para que também não se recue nenhum centímetro” (DEMO, 2001, p.20).

Vivendo em uma sociedade onde a democracia nunca conseguiu fazer da política uma coisa pública (ALBUQUERQUE, 2004), a participação, princípio democrático por excelência, é uma busca que precisa ser conquistada tendo como ponto de partida a compreensão de poder que a envolve. Com base nesse pressuposto situamos a participação enquanto ato de conquista, tema que passaremos a discutir a partir de então.

2.2.2 Participação: processo de conquista

Segundo Demo (2001), compreender a participação enquanto ato de conquista significa reafirmar seu valor político, revigorando o termo em sua extensão e profundidade, retirando dele o tom vago que muitas vezes o envolve. Essa compreensão parte da premissa de que a participação é:

Um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (..) A partir dessa noção, coloca-se a outra, de que participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo já preexistente. Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto de conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção” (DEMO, 2001, p.18).

Sayago (2002, p.06) reafirma esse argumento demonstrando que a passagem de um modelo vertical (sociedade-Estado) para um modelo de autogestão (sociedade-sociedade) deve ser sustentada “na participação política dos cidadãos, na transformação da ‘cidadania oficial’ em ‘cidadania real’. Trata-se, pois, da passagem de uma cidadania ‘decretada’ para uma cidadania ‘conquistada’”.

Conforme podemos ver em Demo (2001, p.67), nessa perspectiva o fenômeno da participação tem os seguintes objetivos: a) garantir a autopromoção, compreendida como “a característica de uma política social centrada nos próprios interessados, que passam a autogerir ou pelo menos a co-gerir a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de carência de ajuda”; b) realização da cidadania; c) implementação de regras democráticas; d) controle do poder; e) controle social da burocracia pública; f) negociação de conflitos e divergências; g) cultura democrática onde, “ao lado do controle do poder, talvez se pudesse afirmar que o objetivo mais essencial da participação é a consolidação daquilo que chamamos cultura democrática” (DEMO, 2001, p.78).

Neste trabalho compreendemos a participação na perspectiva demonstrada por Demo (2001) em que participar implica em redistribuição de bens e poder. Onde a participação não pode ser alcançada de forma doada, concedida ou imposta, mas através de um permanente processo de conquista.

É nessa perspectiva que orientamos nosso olhar sobre a participação dos agricultores familiares envolvidos nas experiências em desenvolvimento local implantadas no Município de Igarapé-Açu.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ESTUDO

3.1 O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU

O Município de Igarapé-Açu encontra-se há 104,92 km da Capital do Estado do Pará, Belém. Limita-se ao Norte com os Municípios de Maracanã e Marapanim; ao Sul com o Município de Santa Maria do Pará; a Leste com os Municípios de Nova Timboteua e Santa Maria do Pará; e a Oeste com os Municípios de Castanhal e São Francisco do Pará.

Igarapé-Açu conta com uma extensão territorial de 800,3 km². Tem como principais vias de acesso as rodovias PA 242 e PA 127, localizando-se nas Coordenadas Geográficas descritas no mapa abaixo:

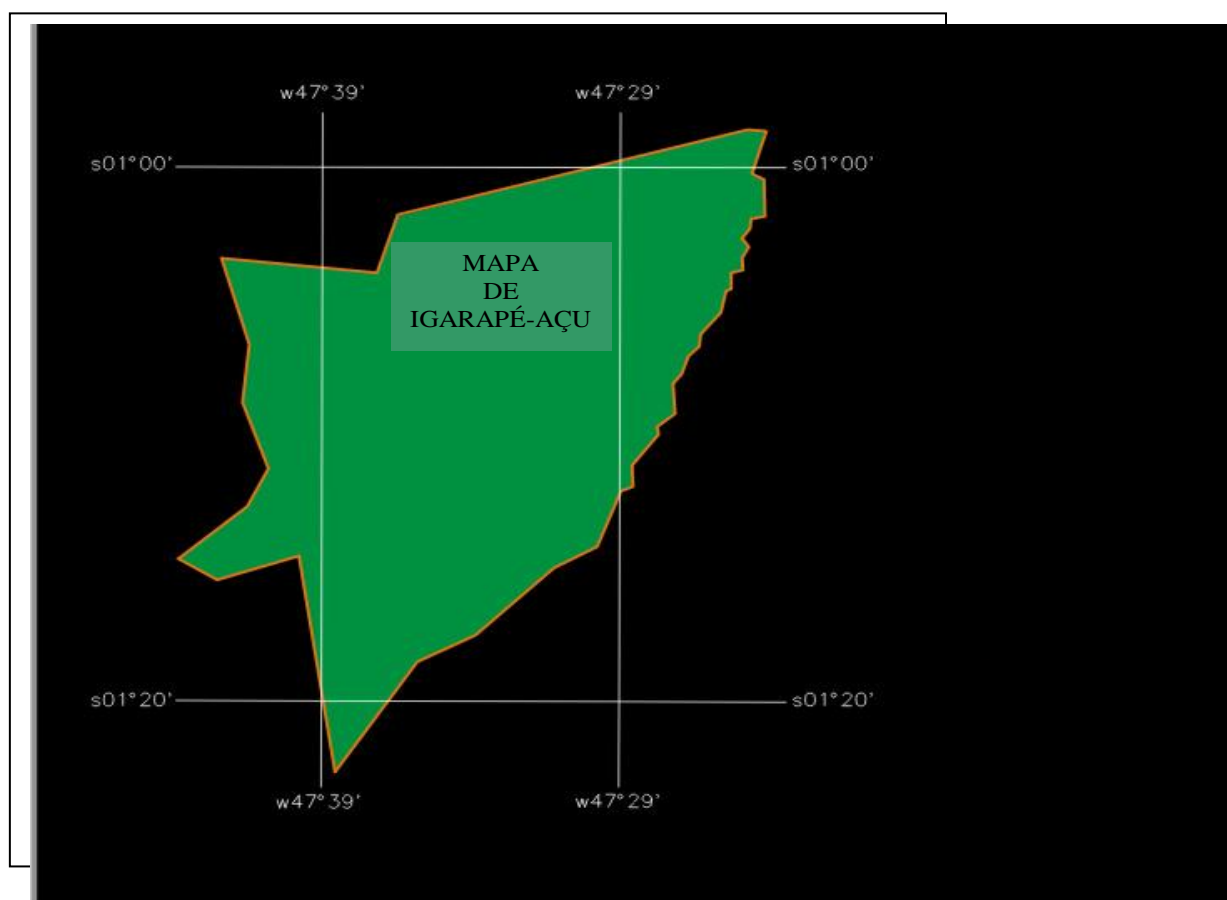


Figura 01: Mapa de Igarapé-Açu

Fonte: EMBRAPA/Amazônia Oriental

O Município foi fundado em 26 de outubro de 1906 através do Decreto Lei nº 985, na gestão do governador Augusto Montenegro. A denominação de Igarapé-Açu deriva de um curso d'água, subafluente do rio Marapanim, que banha a sede do Município a Oeste. Embora se registre na história de seu povoamento o incentivo à ocupação do território por colonos estrangeiros, especialmente açorianos, espanhóis e portugueses, sua população sofreu maior influência das correntes migratórias nordestinas, no final do Século XIX e início do Século XX (FREITAS, 1996; CONCEIÇÃO, 1994).

Os imigrantes nordestinos se deslocaram para a região por dois motivos: em primeiro lugar as conseqüências das secas periódicas que assolaram o semi-árido brasileiro provocaram na região nordeste do Brasil fortes correntes migratórias para vários pontos do País, dentre os quais a Amazônia. Em segundo lugar, o ciclo da borracha ocorrido na Amazônia, entre 1850 e 1910, atraiu muitas famílias que buscavam trabalho em áreas consideradas de fronteira.

Conceição (1990) demonstra que a elite paraense no final do Século XIX estabelecia estreitas relações comerciais com a Europa, comprando daquele continente muitos produtos de primeira necessidade, sobretudo alimentos. A questão colocada na ordem do dia estava em garantir alimentação e outros produtos de primeira necessidade à grande quantidade de trabalhadores envolvidos na coleta do látex⁴ das seringueiras (*Hevea Brasiliense*). Para resolver essa questão o governo apressou os planos de implantar uma estrada de ferro cortando o Nordeste Paraense e ligando a capital do Estado à cidade de Bragança. Essa ferrovia foi denominada Estrada de Ferro de Bragança. Ao longo da ferrovia foram instalados Núcleos Coloniais com a finalidade de produzir alimentos e outros artigos para abastecer a demanda regional cada vez mais volumosa.

Muitos desses Núcleos Coloniais deram origem a municípios, como foi o caso do Núcleo de Benevides – atual Município de Benevides; o Núcleo de Anhangá - atual

⁴ Substância leitosa que serve como matéria usada na indústria automobilística para a fabricação de pneus e câmaras de ar, dentre outros fins.

Município de São Francisco do Pará; e o Núcleo Colonial Jambuassu, que originou o Município de Igarapé-Açu.

Atualmente o Município tem sua base produtiva voltada para a atividade agropecuária, com destaque à produção de maracujá, pimenta do reino, dendê, pecuária de corte e culturas anuais, como por exemplo: mandioca, feijão e hortaliças.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵ – IBGE – Igarapé-Açu tem uma população total de 32.400 habitantes, sendo 19.489 residentes na zona urbana e 12.911 residentes na zona rural. O Município apresenta uma taxa de crescimento anual de 1,94%. Parte significativa da população rural reside em localidades distribuídas no espaço territorial do Município. As principais concentrações populacionais na zona rural são as vilas: Caripí, São Jorge, Prata e Porto Seguro, e os povoados: Curí, Montenegro, Nova Olinda, América, Seringal e Livramento.

As principais organizações comunitárias que atuam nessas localidades são associações de agricultores, cooperativas, sindicatos, clubes esportivos e instituições religiosas. Conforme vimos na introdução deste trabalho selecionamos para cada experiência em desenvolvimento que iremos examinar uma localidade ou entidade participante. No caso do Projeto Bndes - Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, a entidade selecionada foi a Associação dos Pequenos Agricultores ASSOPEP, sediada na Vila Caripí, que passaremos a descrever em seguida.

⁵ Censo Demográfico de 2000.

3.2 ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES – ASSOPEP

Com sede social na Vila Caripí, localidade cortada pela Rodovia PA 242, a 16 km da sede do Município de Igarapé-Açu, a Associação dos Pequenos Produtores – ASSOPEP- foi fundada no dia 12 de setembro de 1992.

Na época de sua fundação era designada pela sigla APP – que também significava Associação dos Pequenos Produtores. Segundo a coordenadora da entidade, a alteração da sigla ocorreu em função da necessidade de se adequar, estatutariamente, às exigências do sistema bancário, para que pudesse acessar financiamento agropecuário.

Conforme nos informou a coordenadora da entidade, Sra Arlete Nascimento, a ASSOPEP tem o objetivo de buscar melhorias para a qualidade de vida de seus associados e se fazer atuante no cenário político e social do Município como um todo.

Ressaltou a informante que a entidade tem sido representante da sociedade civil nos seguintes colegiados: Conselho Municipal de Saúde; Conselho da Criança e do Adolescente – onde sua representante, no ano 2000, assumiu o cargo de presidente; Conselho Municipal de Agricultura; e Conselho de Meio Ambiente. Dessa maneira demonstrou que a ASSOPEP tem uma vida social e política bastante ativa discutindo e propondo ações para o desenvolvimento da Vila Caripí e o Município de Igarapé-Açu na sua totalidade.

No campo econômico tem buscado captar recursos para financiar a produção agropecuária de seus associados. Com referência a isto a informante nos relatou que no ano de 1993 a ASSOPEP conseguiu dois projetos para criação de gado bovino e cinco projetos para o plantio de pimenta do reino, todos com recursos do Fundo Nacional de Financiamento do Norte – FNO-Especial.

No ano de 1996 a associação foi contemplada com mais três projetos para a criação de gado bovino, também cobertos com recursos do FNO-Especial. E, no ano de 2003, a ASSOPEP financiou quatorze projetos para custeio de culturas anuais, sendo: um para o plantio de feijão e treze para o plantio de mandioca. Conseguiu ainda dois projetos para a produção de hortifrutigranjeiros e dois projetos para o plantio de pimenta do reino, todos financiados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Segundo sua coordenadora, a entidade conta atualmente com quarenta e três sócios ativos e está aberta para associar pessoas que sejam pequenos produtores em atividades rurais agrícolas e não-agrícolas. Neste caso estão incluídos, além de agricultores familiares: artesãos, costureiras, moveleiros, dentre outros.

O espaço de abrangência da entidade, para fim de atuação e de inclusão de associados, se estende pela Vila Caripí e comunidades circunvizinhas.

A ASSOPEP participou das atividades do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD e está participando do Projeto de Desenvolvimento Local coordenado pela UFRA.

3.3 ASSOCIAÇÃO “NOVO BRASIL”

Localizada na Travessa Ubussu, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural “Novo Brasil”, está a 09 km da sede do Município de Igarapé-Açu. De acordo com informações de sua secretária, a entidade foi fundada no dia 11 de novembro de 2001, tendo

como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida dos agricultores que fazem parte de seu quadro social.

A decisão de fundar uma entidade representante dos agricultores daquela localidade surgiu em razão das dificuldades que os alunos da rede pública enfrentavam para chegar até o ônibus, cedido pela Prefeitura de Marapanim⁶, que os conduzia até as escolas localizadas na sede do Município. Para isto tinham que percorrer muitos quilômetros até alcançar um ponto onde o ônibus passava.

A entrevistada destacou que, através da organização, os agricultores manifestaram seu descontentamento junto ao Prefeito Municipal de Igarapé-Açu e exigiram providências para o transporte escolar. Uma vez alcançada essa conquista a organização dos agricultores passou a discutir formas de financiamento da produção e, mais uma vez, compreenderam que organizadamente poderiam ter acesso às linhas de financiamento de programas como o PRONAF e o FNO-Especial. Dessa maneira constituíram a Associação Novo Brasil que, atualmente, conta com um quadro social formado por trinta famílias agricultoras.

Ressaltou a informante que cada sócio contribui com uma mensalidade de dois Reais (R\$ 2,00), para cobrir despesas da associação com deslocamento de seus representantes, material de expediente, impressos, etc.

A associação conseguiu para seus associados recursos para implantação dos seguintes projetos: Criação de galinha caipira, através de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, contemplando 08 famílias que receberam, cada uma, dez animais.

Também em parceria com a prefeitura de Igarapé-Açu, no ano de 2004 receberam incentivos para o plantio de feijão. A proposta foi desenvolvida da seguinte maneira: a Secretaria Municipal de Agricultura realizava a mecanização da terra e fornecia adubo e semente. Neste caso, a família beneficiária ficava na incumbência de pagar os custos

⁶ Marapanim é uma cidade que limita-se com Igarapé-Açu, sendo mais prático levar os alunos das localidades próximas de Igarapé-Açu, para este município, em razão de que é muito menor a distância para sede de Igarapé-Açu.

entregando parte da produção obtida para a Secretaria, no sistema conhecido como equivalência produto.

No ano de 2004 a associação conseguiu a liberação de 20 projetos para o custeio da produção de mandioca com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Conforme podemos observar na foto abaixo o plantio apresenta bom aspecto vegetativo sugerindo uma perspectiva de produtividade satisfatória.



Figura 2 - Plantio de mandioca financiado com recursos do PRONAF.

Fonte: Trabalho de Campo

Apesar do bom desempenho produtivo, os agricultores enfrentam o dilema dos baixos preços da farinha de mandioca, principal destino da matéria-prima. Como solução, a Associação Novo Brasil buscou financiar, junto ao Banco do Brasil, a compra de uma feccularia⁷ a fim de gerar outros produtos, além da farinha, e com isto abrir a possibilidade de alcançar melhor preço para a mandioca produzida. O projeto da feccularia foi elaborado por

⁷ Local onde se faz a extração de fécula: “substância farinácea extraída de tubérculos e raízes” (FERREIRA, 2001, p. 316). Neste caso fécula é obtida através do processamento da mandioca.

técnicos do escritório da Emater em Igarapé-Açu. Está orçado em Vinte Mil Reais e prevê uma rentabilidade mensal na ordem de dezoito mil Reais.

Segundo os técnicos que elaboraram o referido projeto esses números demonstram sua viabilidade econômica, motivo pelo qual lamentam o fato de o Banco do Brasil não ter financiado a proposta, contrariando acordo que havia sido pactuado junto aos agricultores anteriormente.

Santana (1998) demonstra a importância econômica da mandioca, destacando além de sua utilização na culinária regional, o aproveitamento da fibra e amido que ficam após a extração da fécula e são importantes fontes energéticas para a fabricação de ração animal. Além de possibilitar o aproveitamento de sub-produtos, com a aquisição de uma fecularia, possivelmente, os agricultores teriam evitado o prejuízo que contraíram em função da queda no preço do produto “*in natura*” e da farinha d’água, principais formas de apresentação da mandioca ao mercado.

Ainda com recursos do PRONAF, no ano de 2004, uma das famílias iniciou a criação de gado bovino e outra iniciou a criação de suínos.

Ao mesmo tempo a Associação ofereceu cursos de capacitação para seus associados, dentre os quais destacamos: Curso sobre a cadeia produtiva da mandioca, realizado pelo Senai, em parceria com o Sebrae; Curso de tecelagem, realizado com recursos próprios onde a instrutora é uma das sócias da entidade que, voluntariamente, tem se disposto a realizar a atividade. Trata-se de uma iniciativa que busca possibilitar um ganho extra aos agricultores, ao mesmo tempo em que lhes permite confeccionar artigos como redes, esteiras e utilidades domésticas, conforme nos explicou a informante.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pela Associação Novo Brasil a entrevistada destacou que a localidade não dispõe de eletrificação rural e as estradas vicinais

encontram-se em estado precário, fatores estes que comprometem a produção e o escoamento da lavoura.

A Associação Novo Brasil foi reconhecida como entidade parceira do Projeto DLIS, implantado pelo Sebrae, em Igarapé-Açu, no ano de 2003. Um de seus sócios representava a entidade no Fórum de DLIS tendo a incumbência de estabelecer o relacionamento entre o projeto e a associação.

Questionados a respeito desse relacionamento, a secretária da entidade e outros sócios que entrevistamos, disseram desconhecer a ação do DLIS uma vez que o representante da associação não repassava as informações para os demais associados e que, por essa razão, não tinham conhecimento do projeto, revelando uma participação questionável.

3.4 LOCALIDADE DE LIVRAMENTO

A localidade de Livramento – fronteira de Igarapé-Açu com o Município de Nova Timboteua - encontra-se há 20 km da sede de Igarapé-Açu, tendo como principal via de acesso a Rodovia PA 242.

Segundo a Senhora Tereza Soares, lideranças local descendente dos primeiros moradores, atualmente residem na localidade cerca de quarenta famílias que se dedicam basicamente ao cultivo de lavouras anuais, à pesca artesanal e à coleta de junco⁸ nas margens do rio Livramento. Disse ainda que nas últimas décadas a população da localidade diminuiu

⁸ Segundo Ferreira (2001) Junco é o “nome comum a várias *ciperáceas* e *Juncáceas* flexíveis, de que se fazem móveis, bengalas, etc.” A produção de Livramento é, basicamente, utilizada para a confecção de esteiras e suadores, um estufamento usado para proteger as costas de animais de tração e de montaria (cavalo, burro, boi) do atrito com selas e outros acessórios.

significativamente havendo uma tendência para o aumento populacional somente nos últimos anos.

No passado, a localidade era cortada pela Estrada de Ferro de Bragança⁹ e tinha uma pequena estação ferroviária – hoje em ruínas - onde os trens paravam para o abastecimento de lenha, água e o embarque de cargas e passageiros.

Como marca desse período ainda existe na localidade uma ponte de ferro sobre o rio Livramento que faz a ligação rodoviária entre os Municípios de Igarapé-Açu e Nova Timboteua.

Em Livramento não existe uma entidade legalmente constituída. Porém os moradores se reúnem regularmente para discutir os problemas da comunidade, a festividade religiosa de Nossa Senhora do Livramento, os eventos esportivos, dentre outros assuntos. Têm buscado registrar juridicamente uma associação, mas dizem enfrentar dificuldades no campo organizacional.

A coordenadora provisória da futura entidade relatou que tem sido difícil envolver outros moradores na liderança da organização civil e também nas atividades do processo de Desenvolvimento Local que está sendo estimulado pela UFRA na localidade. Atribuiu a isso o fato dos moradores já terem sido por diversas vezes enganados com promessas não cumpridas, especialmente por aqueles que chamou de “políticos oportunistas”. Ressalta não ter perdido a esperança de que a comunidade se desenvolva. Por essa razão tem se dedicado ativamente às atividades comunitárias.

⁹ Ferrovia que ligava a Capital do Estado do Pará, Belém, ao município de Bragança.

Conforme podemos observar na fotografia abaixo, a senhora Tereza Soares – no centro do círculo – está incentivando a participação dos demais moradores no projeto de desenvolvimento local coordenado pela UFRA.



Figura 3 - Reunião na localidade de Livramento, em novembro de 2003.

Fonte: Trabalho de Campo

A informante destacou que o Projeto foi implantado na localidade no ano de 2003. Após um ano de atuação tem mostrado ser uma experiência bastante proveitosa para os moradores de Livramento, permitindo maior engajamento nas questões locais onde, através da mobilização popular, se conseguiu a reforma da escola, a melhoria do sistema de abastecimento de água, a construção de um barracão para reuniões, o plantio de lavouras anuais em uma área comunitária.

Apesar da notória relevância da organização dos moradores para a realização desses benefícios, ressaltamos que algumas dessas conquistas podem ter sido favorecidas pelo momento político representado pelas Eleições Municipais de 2003, período de intensa disputa pelo poder, onde a realização de obras eleitoreiras se intensifica, objetivando conquistar o voto da população mais carente.

A localidade de Livramento foi escolhida para fim de estudo de caso, em razão de ter sido a primeira experiência do Projeto de Desenvolvimento Local coordenado pela UFRA. A primeira atividade concreta ocorrida junto àquela localidade foi a realização de um seminário de sensibilização em 22 de novembro de 2003. Até dezembro de 2004 o Projeto já havia possibilitado vários encontros visando sensibilizar e articular moradores e instituições com vistas na capacitação para a gestão participativa da localidade.

4. EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

4.1 VERSÃO OFICIAL

Nas suas versões oficiais os Projetos DLIS e BNDES-PNUD têm em comum o fato de serem estruturados com metas e prazos definidos, porém sujeitos a ajustes julgados necessários pelos participantes ao longo do processo.

Oficialmente diferente nesse ponto, dizem seus idealizadores que o Projeto coordenado pela UFRA não está fechado em metas e prazos, pois está sujeito a tomar rumos coletivamente definidos por seus parceiros. Ressalta-se, porém, que a versão oficial desse Projeto se fundamenta em princípios e práticas muito semelhantes a dos outros dois o que será mais bem examinado ao longo deste trabalho.

De um modo geral essas três experiências em desenvolvimento local sustentável possuem aspectos semelhantes e também particularidades que serão investigadas a fim de que possamos analisá-las comparativamente, visando avaliarmos suas contribuições ao fortalecimento da prática participativa consciente, emancipadora e que contribua para que os agricultores sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Com base no pensamento de Demo (1985, p. 29) entenderemos a prática participativa como um fenômeno histórico e, portanto, um fenômeno processual “que traduz a característica de uma realidade sempre volúvel, mutável, contraditória, nunca acabada, em vir-a-ser”.

Esta compreensão parece apropriada para interpretar a participação dos agricultores familiares nas ações desenvolvidas pelas instituições que se propuseram a estimular o desenvolvimento sustentável em Igarapé-Açu, em vista de que buscamos examinar a

participação enquanto ato de conquista e as conquistas humanas ocorrem em um ambiente processual.

Os dados utilizados para demonstrar a versão oficial dos projetos foram coletados em documentos disponíveis nos arquivos de instituições e de pessoas participantes, bem como, por meio eletrônico. Além disso, nos baseamos na análise da literatura técnica utilizada durante cursos, palestras e outros eventos promovidos no âmbito dos projetos que estão sendo enfocados. Apoiamo-nos também, na análise dos discursos apresentados por seus coordenadores, consultores e membros das equipes locais durante entrevistas e através de observações feitas nos diversos eventos e atividades que participamos.

Feitas estas considerações, passaremos a expor as versões oficiais dos projetos de desenvolvimento local sustentável, implantados no Município de Igarapé-Açu, a fim de possamos interpretar seus desdobramentos com base nas suas propostas originais.

4.1.1 Projeto BNDES/PNUD.

Os aspectos relacionados à visão oficial do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, que para fins de simplificação chamaremos de Projeto BNDES/PNUD, serão discutidos com base na história do projeto, seus objetivos, metodologia, sua estrutura organizacional e a concepção teórico filosófica adotada. Para isto buscamos fundamentação em textos editados pelo projeto, sob a autoria de seus principais consultores como: Carlos Humberto Osório, Paulo César Arns, Silvana Parente, Arturo Jordán e de sua coordenadora executiva, Tânia Zapata.

Conforme demonstrado no livro *Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local*, de autoria de Zapata et al. (2000), o Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD teve sua origem nas experiências acumuladas pelo Projeto de Cooperação entre o Banco do Nordeste e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Dessa cooperação surgiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local, implantado na Região Nordeste no ano de 1995. O sucesso dessa experiência chamou a atenção dos técnicos do BNDES que vinham analisando ações inovadoras, que pudessem impulsionar o desenvolvimento com enfoque local.

A metodologia desenvolvida naquela experiência pioneira serviu de base para a estratégia de apoio ao desenvolvimento local, proposta pelos técnicos do BNDES que, através dessa instituição, buscaram articular-se com outras instituições e organizações públicas e privadas fazendo a integração de projetos de natureza social e econômica na perspectiva de construir processos de desenvolvimento local, que beneficiassem o maior número possível de pessoas.

Para isto o BNDES buscou a cooperação técnica do PNUD, o que resultou no surgimento do Projeto BNDES - Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD (anexo- A) cujo objetivo geral foi “contribuir para a melhoria das condições de vida, da ocupação e da renda, especialmente das populações carentes” (ZAPATA et al. 2000, p.06).

A autora nos mostra que, com esse projeto, pretendeu-se impulsionar processos de desenvolvimento local através da construção de estratégias participativas de capacitação, desenvolvimento produtivo e concertação¹⁰ de atores locais, almejando a melhoria dos indicadores de qualidade de vida e contribuindo para a definição de políticas inovadoras nas áreas atingidas. Destaca ainda que:

O projeto propõe como elementos centrais de sua ação: o investimento em capital humano e social através da capacitação, e de um processo contínuo e permanente de articulação e acompanhamento entre os atores do território sobre os objetivos mais estratégicos, gerando um entorno capaz de mobilizar energias e empreender ações concertadas, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida (ZAPATA et al. 2000, p. 06).

¹⁰ Segundo os consultores do projeto, Concertação é um termo usado para designar a busca por uma melhor harmonia, mais eficiência e mais eficácia, no interior das organizações locais e na relação destas com as outras organizações que atuam na localidade, tendo o intuito de estabelecer parcerias sólidas e produtivas. O termo também tem o caráter de conserto, no sentido de reparar defeitos que possam estar comprometendo o processo de desenvolvimento.

Percebemos na construção teórica do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD que o investimento em capital social é visto como um passo importante para impulsionar o processo de desenvolvimento endógeno de uma localidade, uma vez que contribui positivamente para a estabilidade política, para a boa governança e para o desenvolvimento econômico, conforme podemos ver em Putnam (1996).

Zapata et al. (2000, p. 08) argumenta que a cooperação técnica do BNDES com o PNUD, proporcionou a construção de novas estratégias e a agregação de novos instrumentos, considerando a concepção do território como um ambiente-oficina, nas diferentes regiões do País. Reforçam a idéia de que “o protagonismo dos atores locais possibilita a construção do capital social (laços, confiança, cooperação e redes) e estimula o desenvolvimento econômico enfatizando a inclusão de micros e pequenos empreendedores”.

A construção de novas institucionalidades que permitam a ampliação da democracia – controle social e uma nova concertação para a gestão participativa do desenvolvimento – bem como a oferta de serviços e crédito, capacitação tecnológica e informação de mercado, adequados às especificidades de cada sistema produtivo territorial, são objetivos que o projeto buscou alcançar, com suas diferentes ações. Com referência ao melhor aprimoramento do aspecto político, Putnam reafirma a importância do capital social enquanto elemento “fundamental para fazer a democracia funcionar” (PUTNAM, 1996, p. 194), ou seja, o investimento em capital social gera as bases necessárias para a gestão participativa do desenvolvimento local.

Destaca-se que, do ponto de vista teórico, o projeto demonstra a percepção de que o meio ambiente é um ativo de desenvolvimento que deve ser focado nos princípios da sustentabilidade. Destaca-se ainda que a compreensão de questões relacionadas à abordagem de gênero se traduz em uma estratégia de conquista de equidade social, que deve estar presente em todo o processo pedagógico. Neste sentido a busca principal dos sujeitos

envolvidos no projeto seria o desenvolvimento humano de forma multidimensional: econômica, social, política, cultural, ambiental.

As ações do projeto estavam fundamentadas na metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local. Destacamos que essa metodologia, além de ter orientado as ações desenvolvidas no projeto BNDES/PNUD, em Igarapé-Açu, também está sendo utilizada no Projeto de Desenvolvimento Local coordenado pela UFRA na mesma localidade. Esse fator demonstra a importância da referida metodologia para o estudo que estamos realizando, razão pela qual nos deteremos um pouco mais na sua compreensão.

Segundo Zapata et al. (2000) a Metodologia GESPAR consiste em um conjunto de procedimentos acumulados durante anos pela ação do Projeto Banco do Nordeste. A sistematização paulatina de métodos e processos pedagógicos, a partir de avaliações permanentes dos resultados originou essa metodologia, que tem como eixo a capacitação de agentes produtivos (desenvolvimento produtivo), de prefeituras e órgãos de apoio ao desenvolvimento (desenvolvimento institucional) e de comunidades locais (desenvolvimento comunitário), buscando a articulação/parceria com instituições governamentais e privadas, para construção do desenvolvimento com equidade. A autora ainda destaca que:

Ao contrário de abordagens setoriais, a Metodologia GESPAR tem um olhar sistêmico e holístico sobre a realidade local, abrangendo todas as dimensões do desenvolvimento. Ela não se centra no poder da administração local, mas trabalha com os três atores: agentes produtivos, sociais e governamentais na busca de uma concertação sobre os rumos do desenvolvimento – entendimento de problemas, compartilhamento de uma visão de futuro, delineamento de objetivos comuns e estratégias. A GESPAR estimula a prática de novos valores, tais como, participação com responsabilidade social; descentralização, com controle social; e solidariedade, com cooperação, de forma a mexer nas estruturas do poder local. Não se trata, pois, de etapas onde se busca transformar comportamentos para num passo seguinte transformar a realidade, porque esta é o substrato sobre o qual as mudanças comportamentais vão se processando, dialética e dialogicamente, numa comunicação constante entre os sujeitos (homens e mulheres) e o objeto (a realidade a ser transformada). A estratégia metodológica da GESPAR conjuga três macroprocessos simultâneos: **CONCERTAÇÃO** – buscando construir parcerias concretas e verdadeiras; **CAPACITAÇÃO** – envolvendo todas as atividades e momentos; e **ACOMPANHAMENTO** – permanente e retroalimentador (ZAPATA et al., 2000, p.47).

Zapata argumenta que a Metodologia GESPAR facilita o processo pedagógico e contribui diretamente para com os objetivos do desenvolvimento local. Com a aplicação dessa metodologia espera-se que haja uma contribuição favorável para a melhoria das condições de vida nos territórios apoiados. Espera-se também uma maior geração/consolidação de postos de trabalho, favorecendo ao incremento da renda. E, finalmente, espera-se que ocorra o desenvolvimento com equidade e respeito ao meio ambiente. Trata-se, portanto de um processo pedagógico, alimentado por ações concretas, alinhadas com os anseios e necessidades demonstrados pela população envolvida.

O exame da literatura técnica do projeto mostra que a capacitação implica em uma mudança de comportamento para uma nova prática que envolve não somente um conjunto de eventos, conteúdos e estratégias pedagógicas, mas permeia os outros dois macroprocessos (concertação e acompanhamento) “na qualificação do capital humano e para fortalecer as estruturas organizacionais da sociedade – o capital social” (ZAPATA et al., 2000, p. 48). A esse respeito demonstra que:

As ações de capacitação são focadas em linhas simultâneas e articuladas: capacitação para o desenvolvimento produtivo, capacitação para o desenvolvimento comunitário e capacitação para o desenvolvimento institucional e ambiental. A capacitação para o desenvolvimento produtivo dá maior ênfase ao potencial empreendedor, à capacitação gerencial e à qualificação de trabalhadores para, a partir do acesso à informação e ao conhecimento, assumirem diferentes funções na economia local. A capacitação para o desenvolvimento comunitário complementa e dá suporte ao desenvolvimento produtivo na medida em que promove a construção de um senso de identidade territorial e de projeto que integra e articula os diversos atores locais. A capacitação para o desenvolvimento comunitário transcende a dimensão econômica ao procurar garantir espaços de participação nos fóruns de formulação e execução de políticas públicas e desenvolver a auto-estima e a confiança em torno da ação coletiva. A capacitação para o desenvolvimento institucional, por sua vez, visa comprometer as instituições com o enfoque local, desenvolvendo formas participativas e cooperativas de gestão pública. (ZAPATA et al., 2000, p. 49)

Verificamos que a capacitação é o eixo central do processo, na medida em que permite uma estratégia de desenvolvimento local baseada no trabalho prático e teórico da ação pedagógica. Zapata salienta que, para isto, é necessária a utilização de uma concepção

pedagógica pautada em um enfoque onde o ser humano seja o centro de atenção, do crescimento, do desenvolvimento com sustentabilidade. Onde “a realização de seus sonhos e desejos seja a razão de ser dos esforços, vontades e das decisões das comunidades, representações e instituições globais” (ZAPATA et al., p. 50).

O projeto está amparado em algumas escolas do pensamento humano consideradas fundamentais para o esforço ético e pedagógico que moveu os sujeitos que dele faziam parte. Neste sentido buscou-se contemplar quatro referências teóricas e filosóficas de base:

- ◆ A Escola de Psicologia Genética (de VYGOTSKY, LURIA E LEONTIEV);
- ◆ A Epistemologia Genética de PIAGET;
- ◆ O Método Pedagógico de Paulo Freire;
- ◆ A Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt.

De forma resumida os autores nos mostram elementos das referidas correntes teóricas que podem expressar o fazer pedagógico adotado na execução do projeto. Dessa maneira vemos que a teoria histórico-cultural do psiquismo, também conhecida como abordagem sociointeracionista elaborada por VYGOTSKY, tem como principal objetivo caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo.

Salientam os autores que a Epistemologia Genética de PIAGET não é uma teoria educacional (ou de aprendizagem), mas uma teoria epistemológica, ou seja, é uma teoria acerca do conhecimento que, por sua vez, parte da psicologia, que possui um horizonte muito mais amplo que o educacional.

Demonstram ainda que o construtivismo, como teoria, se torna uma importante ferramenta que pode ajudar os professores a compreender melhor a realidade de seus alunos e,

a partir deste entendimento, passar a criar modos (métodos e técnicas) de agir em sala de aula, resgatando a importância da teoria nos processos que envolvem o ato de ensinar-aprender.

Com referência aos princípios defendidos por Paulo Freire, Zapata no mostra que seu pensamento e prática pedagógica contemplam alguns fundamentos básicos que devem ser observados pelos participantes do projeto como, por exemplo: Ensinar exige rigorosidade metódica, ensinar exige pesquisa, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, exige criticidade, estética e ética, ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, exige reflexão crítica sobre a prática, exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural, exige consciência do inacabamento, exige respeito à autonomia do ser do educando, exige bom senso, exige apreensão da realidade, alegria e esperança, ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade, exige comprometimento, liberdade e autoridade, exige saber escutar. Ensinar exige querer bem aos educandos.

Quanto à Teoria Crítica da Sociedade ou Escola de Frankfurt, os autores destacam que uma de suas características fundamentais, desde suas origens, tem sido sua negativa em considerar a concepção dialética da história como um corpo acabado. Salientam que, conforme as mudanças vão ocorrendo na sociedade, na realidade social concreta, na mesma medida deveriam estar mudando as construções teóricas elaboradas para a compreensão dessa nova realidade. Portanto, há necessidade de se quebrar com as concepções e conceitos cristalizados, redefinindo os horizontes para a leitura sempre crítica e renovada sobre o ambiente social aberto para infinitas possibilidades.

Conforme demonstrado por Zapata et al. (2000), no âmbito do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, compreende-se que:

A concepção pedagógica aplicada ao desenvolvimento local se estrutura sobre a prática, sobre o fazer, sobre uma aprendizagem ativa, na qual as informações e os conteúdos conceituais e metodológicos se originam na realidade concreta do território, das comunidades e das organizações apoiadas. Assim, a aprendizagem é gerada a partir da reflexão social de dados e informações da realidade, visando a sua transformação. A lógica da ação,

subjacente à Metodologia GESPAR, é de “gerar” no território um “ambiente de oficina”, que facilite a concertação dos interesses dos atores no território, fortalecendo a Gestão Participativa como elemento central de modelos de desenvolvimento mais sustentável. Superando as concepções mais correntes que apontam para a hegemonia do Estado ou do mercado na condução do desenvolvimento, a Metodologia GESPAR, ao incorporar a lógica de um ambiente-oficina, traz implícita uma concepção que estimula a sociedade civil organizada a surgir com mais protagonismo e, em “articulação” com o Estado e o mercado, numa relação de co-responsabilidade, construir um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Metodologia de Oficina: Esta concepção pedagógica transforma os eventos de capacitação em oficinas. As oficinas não são para os participantes, um laboratório, na medida em que este conceito pode dar conotação de um espaço onde há variáveis que vão sendo manipuladas para experimentação. Nas oficinas não se utilizam informações de caráter experimental, mas desenvolvem-se atividades e utilizam-se informações estritamente ligadas à prática cotidiana e à realidade concreta. Também não é uma simulação, na medida em que não se opera com dados e informações imaginários: não se trata de simular, mas de elaborar e produzir um diagnóstico, um plano de ação de uma comunidade ou organização concreta (ZAPATA et al., 2000, p. 66).

Os autores do projeto BNDES-PNUD enfatizam que a idéia de oficina está relacionada a um lugar onde se exerce um ofício, onde ocorrem transformações e consertos. Neste sentido, quando se usa o termo oficina está implícita a idéia de trabalho, de atividade concreta, de transformar objetos concretos, sujeitos históricos. Para isto é fundamental a efetivação permanente de um processo de aprendizagem, que exercite a dinâmica estabelecida entre a teoria e a prática. Conforme demonstra:

Em um processo de capacitação o conhecimento teórico está voltado para a própria prática, ao mesmo tempo em que a fundamenta, subordina-se a ela. Trata-se de um “conhecimento para a ação”, implicando necessariamente em mudanças no modo de pensar/atuado do indivíduo (ou grupo) sujeito x objeto de reflexão/ação. Assim, um processo de capacitação constitui-se sempre, em última instância, em um processo transformador da consciência, o que só pode ocorrer a partir e na própria vivência (teórica/prática) dos indivíduos (ou grupos) (ZAPATA et al., 2000, p. 67).

De acordo com o que vimos anteriormente, o Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD fundamentou-se nas experiências do Projeto Banco do Nordeste. Um dos principais legados incorporados foi a adoção da idéia de Ambiente-Oficina que, segundo Arns (1998), trata-se de uma metodologia de capacitação massiva usada para facilitar o processo de desenvolvimento diante da complexidade vivenciada nas comunidades

apoiadas pelo projeto. Sobre essa importante ferramenta o autor nos presta melhores esclarecimentos, justificando seus principais elementos da seguinte maneira:

- ◆ **AMBIENTE:** porque se insere em uma proposta metodológica de apoio ao desenvolvimento econômico local, mais especificamente na fase de capacitação massiva, onde se busca gerar/criar na comunidade um ‘ambiente’ propício à formação e articulação de grupos de interesse.
- ◆ **OFICINA:** porque a estratégia pedagógica utilizada busca resgatar os elementos da realidade vivenciada (experiências/comportamentos) e, a partir dela, construir novos conceitos e práticas. A oficina se caracteriza por um espaço de trabalho onde se conjugam a teoria e a prática, a reflexão e o fazer, tendo como resultados a capacitação e ‘produtos’ úteis aos sujeitos envolvidos no processo de capacitação.
- ◆ **CAPACITAÇÃO:** porque insere o homem enquanto sujeito, protagonista do seu desenvolvimento, num processo de educação que busca mudar comportamentos, práticas, e formar conhecimentos úteis, tornando o homem apto a responder, julgar e agir com agilidade e segurança diante dos desafios da modernidade, provocando mudanças no mundo que o cerca.
- ◆ **ORGANIZACIONAL:** porque é uma metodologia que oferece amplas possibilidades para criação das formas organizativas e alcance de maior participação social através do desenvolvimento processual da consciência organizativa (ZAPATA et al., 2000, p. 31).

Arns nos mostra que o Ambiente-Oficina está inserido na metodologia GESPAR, abrangendo o Desenvolvimento Empresarial e Institucional. Por essa razão constitui-se em parte integrante, “que interage harmonicamente com os demais componentes formando um todo, que vai intervir num outro sistema, o espaço local, buscando provocar mudanças comportamentais nos protagonistas do desenvolvimento, os atores locais” (ZAPATA et al., 2000 p. 17). Com isso percebemos que o Ambiente-Oficina é, acima de tudo, um espaço de capacitação onde o conhecimento é gerado na prática cotidiana dos sujeitos envolvidos.

Zapata et al. (2000, p. 68) evidencia que a capacitação é entendida “como um processo educativo e formativo de troca e produção de conhecimentos, voltado para o trabalho e para a prática social do cidadão”. Com base nisto apresentam os seguintes princípios que orientam o fazer dos facilitadores em processos de desenvolvimento local: a) Orientação para o desenvolvimento local; b) caráter participativo e formativo; c) caráter transformador; d) técnicos e lideranças são facilitadores de processos; e) utilização de instrumentos de apoio

pedagógico; f) geração de conhecimento através da reflexão sobre a ação; g) cooperação e interdisciplinaridade; h) processualidade com foco em resultados; i) visão sistêmica; criatividade e criticidade; j) flexibilidade; l) equidade de gênero; j) preservação e compreensão dos recursos ambientais como ativo de desenvolvimento.

O processo pedagógico possui quatro componentes agregados que possibilitam a obtenção de resultados com a implementação da Metodologia. Os autores destacam que estes resultados, por sua vez, contribuem à formação e consolidação dos processos de desenvolvimento local nos seus alicerces principais, a saber, a formação de capital humano e capital social, o desenvolvimento produtivo do território e a concertação para a gestão participativa. Os componentes que possibilitam o desenvolvimento da metodologia Gespar são:

- ◆ Mobilização, articulação e fortalecimento organizacional de Agentes Produtivos, Instituições governamentais e Organizações comunitárias;
- ◆ Formação de Agentes de Desenvolvimento Local, Facilitadores e Multiplicadores da metodologia;
- ◆ Capacitação de organizações empresariais, Instituições Governamentais e Organizações da Sociedade Civil;
- ◆ Consolidação de institucionalidades voltadas para o Desenvolvimento Local.

Com a devida implementação das ações propostas pelo projeto esperava-se, prioritariamente, alcançar os seguintes resultados:

- ◆ Agentes produtivos, instituições governamentais e organizações comunitárias mobilizadas e fortalecidas organizacionalmente;
- ◆ Agentes produtivos, instituições governamentais e organizações comunitárias articulados intra e interinstitucionalmente;
- ◆ Facilitadores e Multiplicadores da metodologia formados;

- ◆ Facilitadores e Multiplicadores dos processos de desenvolvimento local do território formados;
- ◆ Empresas capacitadas;
- ◆ Instituições governamentais capacitadas;
- ◆ Organizações da sociedade civil capacitadas;
- ◆ Institucionalidades voltadas para o desenvolvimento local consolidadas.

Para a execução de suas atividades o Projeto foi constituído pela seguinte estrutura organizacional, conforme se pode observar em Zapata et al. (2000).

1. Agência executora (Projeto BNDES – Desenvolvimento Local – Cooperação Técnica do PNUD) e parceiros. A entidade executora, junto com seus parceiros institucionais, tem como atribuição dar suporte técnico a todo o processo e deverá ter o perfil de facilitadora junto às comunidades, ter reconhecida competência técnica e ser conhecedora das potencialidades e problemáticas da região;
2. Equipe Local: é composta por lideranças das organizações locais e instituições que atuam na região. Está profundamente integrada à comunidade, sendo, portanto, conhecedora da realidade local. Trabalha em sintonia e articulada com a Agência Executora e a Equipe Técnica. Tem o papel de encaminhar politicamente as ações de desenvolvimento, auxiliando a construção da visão de futuro, formulando proposições, avaliando resultados, articulando soluções, reforçando as parcerias e dando visibilidade ao processo e aos resultados;
3. Equipe Técnica: é formada por técnicos das diferentes instituições e organizações parceiras do trabalho de apoio ao desenvolvimento local. Tem um caráter interdisciplinar, pois estará manejando uma realidade extremamente complexa. Assim, a leitura dos acontecimentos ao longo do processo de capacitação estará tanto mais próxima da realidade quanto mais considerar os seus diversos aspectos. O papel da Equipe Técnica é o de facilitar os eventos de capacitação, instrumentalizando a vivência e auxiliando os sujeitos (grupo de participantes) na leitura dos erros e acertos em sua relação com o objeto (organização/território);
4. Grupo de Participantes: é o foco central da ação de capacitação. Como se busca que todas as pessoas e organizações sejam sujeitos do processo de capacitação, isto determina que toda a heterogeneidade da composição social local deve compor o grupo. (ZAPATA et al, 2000, p.73)

Um dos eixos estratégicos da metodologia GESPAR é o processo de formação de agentes locais, facilitadores e multiplicadores. Os autores mostram que esse processo “possibilita a

ampliação e a sustentabilidade das ações de apoio ao desenvolvimento local” (ZAPATA et al., 2000, p.75). Neste sentido fica evidenciado que, com o processo:

Persegue-se a formação de agentes e facilitadores capazes de estimular e facilitar processos de desenvolvimento local. Não de instrutores que já chegam na comunidade com um processo de intervenção mecânico, com os eventos já desenhados e com prazos de execução definidos, desrespeitando a cultura e ritmos próprios de cada localidade. Busca-se formar facilitadores que, com clareza do que é desenvolvimento local e dos eixos estratégicos de intervenção, sejam capazes de injetar uma energia nova na comunidade, que a mobilize para a ação e para a busca do desenvolvimento endógeno e sustentável. Busca-se formar facilitadores seguros e abertos, capazes de construir a estratégia de intervenção, junto com os atores locais. Uma estratégia de intervenção contextualizada em cada território (ZAPATA et al., 2000, p.76).

O projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD desenvolvia-se através de atividades que consistiam nas seguintes etapas: mobilização, articulação e fortalecimento organizacional. Para isto eram realizados: a) levantamentos preliminares das áreas, objetivando acumular informações e dados que permitissem reconhecer a realidade das localidades que seriam apoiadas; b) mobilização de instituições e organizações locais; c) eventos de articulação institucional objetivando firmar os primeiros acordos e compromissos no campo da participação e do apoio logístico, além de buscar o envolvimento dos diferentes sujeitos nas ações de capacitação; d) Oficinas de Nivelamento Conceitual visando estabelecer bases comuns em referenciais técnicos e metodológicos entre os agentes do processo de apoio ao desenvolvimento local; e) Treinamento Técnico-Interinstitucional destinado a promover a reflexão sobre as mudanças socioeconômicas, políticas, culturais e interinstitucionais que acontecem no momento atual e com impacto na geração de novos processos de desenvolvimento, assim como discutir a Metodologia GESPAR; f) Diagnóstico e Identificação de Potencialidades Locais. Atividades que deveriam ser realizadas pela Equipe Técnica interinstitucional e pelas lideranças locais identificadas na mobilização de instituições e organizações locais. G) Seminário-Oficina de Capacitação Organizacional. Evento central

do componente de Mobilização, Articulação e Fortalecimento Organizacional. Nele, a comunidade discute e vivencia os elementos de compreensão do desenvolvimento local. É a partir dele que se inicia a construção de uma estrutura organizacional para a gestão dos interesses coletivos, que irão se consolidando em eventos posteriores; h) Plano de Ação. Importante instrumento que define para quê, como, quem, com que meios e quando serão realizadas as atividades e eventos de cada área (ZAPATA et al., 2000, p. 77).

A consolidação de institucionalidades voltadas para o desenvolvimento local estava prevista de ocorrer através das seguintes atividades:

1. Elaboração do Plano Referência de Desenvolvimento Local: o Plano se constrói, principalmente, a partir dos elementos de diagnóstico acumulados (levantamentos preliminares, diagnósticos, etc.) e de visão de futuro trabalhados nos seminários-oficina de avaliação, assim como dos produtos das oficinas de formação para o desenvolvimento empresarial, institucional e comunitário;
2. Implantação e consolidação de ambientes de concertação local: trata-se de apoiar a implantação e consolidação nas áreas de conselhos de desenvolvimento local/regional (ou equivalentes), comitês Pró-Agenda 21, fóruns institucionais, consórcios municipais e estruturas de coordenação interinstitucional em nível local/regional, legitimamente constituídos e representativos da esfera pública (estatal e dos vários segmentos da sociedade civil);
3. Promoção de Redes e Cooperação Empresarial: o desenvolvimento produtivo do território, sua capacidade de competir e de ocupar mercados, baseia-se também na formação de alianças, de redes e da inserção dos pequenos produtores em cadeias produtivas dinâmicas;
4. Promoção de oficinas Regionais de desenvolvimento Local: a oficina regional busca criar as condições favoráveis para a modernização empresarial impulsionar a diversificação produtiva e para construir externalidades e um entorno inovador territorial (ZAPATA et al., 2000, p. 81).

Em resumo, oficialmente o projeto BNDES – Cooperação Técnica do PNUD, tinha por objetivo estimular o desenvolvimento das potencialidades locais e regionais na perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. Para isso tinha como estratégia a mobilização dos sujeitos sociais e de suas organizações, sensibilizando-os e articulando-os para um amplo processo de capacitação que envolveria

aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos. Com isto esperava-se fortalecer as redes de relações sociais e institucionais, necessárias para a construção de uma sociedade sustentável.

4.1.1.1 O Projeto BNDES/PNUD em Igarapé-Açu

O Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, foi iniciado em Igarapé-Açu no final do ano 2000. No período já havia no município uma articulação entre lideranças locais, buscando envolver o governo municipal eleito naquele ano¹¹ e instituições públicas que atuavam no Município, nas discussões acerca do desenvolvimento local de forma sustentável.

Esperava-se com essas articulações sensibilizar o novo quadro dos poderes executivo e Legislativo municipal, que assumiria no ano seguinte (2001), para a necessidade de se traçar rumos alternativos ao desenvolvimento do Município. Neste sentido, esperava-se que o debate sobre a concepção de desenvolvimento sustentável viesse aprimorar uma forma inovadora de gestão pública que fosse socialmente concebida e que apontasse para a sustentabilidade local.

Tratava-se de uma iniciativa tomada pelo grupo político que elegeu o prefeito do Município e que estava aberta a todos os segmentos sociais que quisessem compartilhar do debate das questões locais.

Essas articulações culminaram com duas reuniões ocorridas nos meses de novembro e dezembro do ano 2000 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Cônego Calado”, que contaram com a presença de lideranças comunitárias, sindicalistas, o Prefeito e o Vice-Prefeito municipal, Vereadores, além de representantes do Escritório Local da Emater-

¹¹ Eleições municipais de 2000 que elegeu prefeito de Igarapé-Açu o Sr. João Pereira da Silva - PL

Pará; representantes da Embrapa/Amazônia Oriental, dentre outras instituições com atuação no Município.

No âmbito dessas articulações, o Sr. Olinto Rocha, pesquisador da Embrapa, sugeriu a participação de uma consultora do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, com intuito de que fosse avaliada a possibilidade de implantação do projeto em Igarapé-Açu. Considerava-se que aquele projeto muito se assemelhava, em seus objetivos, ao processo que estava em andamento em Igarapé-Açu.

Na reunião posterior, a Sra. Zenaide Bezerra, representante do referido projeto, fez uma exposição sobre o mesmo, revelando a intenção das instituições coordenadoras de implantar a experiência não somente em Igarapé-Açu, mas também nos municípios circunvizinhos, formando uma área de atuação micro-regional que interagisse mutuamente.

Podemos ver em relatórios do projeto que, até por volta do mês de março do ano de 2001, sua representante visitou mais de 10 municípios da região optando-se ao final pela implantação do projeto nos Municípios de Igarapé-Açu, Maracanã, São Francisco do Pará e Santa Maria do Pará, estes interligados por suas fronteiras geográficas.

Com a posse do novo Prefeito Municipal de Igarapé-Açu, o projeto passou a receber apoio da Prefeitura que, no mês de maio de 2001, contratou um grupo formado por 05 jovens para constituir uma instância operacional denominada de Equipe Local. Na foto seguinte vemos a equipe local em uma reunião de trabalho, juntamente com membros da coordenação regional do projeto e da equipe técnica.



Figura 4: Reunião da Equipe Local do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, em Igarapé-Açu (2001)
FONTE: Trabalho de Campo

Segundo relataram alguns membros da equipe local, a Prefeitura disponibilizava veículos, alimentação e cedia uma sala que servia de escritório, para ajudar no andamento do projeto, além de prestar apoio aos diversos encontros e reuniões realizados.

Conforme previsto na versão oficial foram realizados, no âmbito do projeto, vários eventos, sendo um dos mais importantes o seminário regional para assinatura do Acordo de Parceria Interinstitucional envolvendo, além das prefeituras onde o projeto estava em andamento, várias instituições que atuam naquela micro-região, totalizando cerca de 30 instituições.

O projeto foi oficialmente lançado no mês de julho de 2001 no Campus da Universidade do Estado do Pará, UEPA, em Igarapé-Açu, e contou com a participação de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios envolvidos, bem como de entidades não governamentais e instituições públicas com atuação regional e local.

Para dar suporte técnico às ações do projeto, constituiu-se um Núcleo de Apoio Institucional – NAI – formado por técnicos vinculados às instituições parceiras, como: Embrapa, Emater, Instituto Amazônia, dentre outras.

Segundo o relato de membros de sua Equipe Técnica o projeto contava com a parceria das seguintes organizações: Associações comunitárias, cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater-Pará, UFRA, Sebrae, Embrapa Amazônia Oriental, Câmara de Vereadores, Secretaria de Estado de Agricultura – Sagri, Universidade do Estado do Pará – UEPA, Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, CEPLAC e Instituto Amazônia.

Conforme consta nos relatórios do Projeto, desde sua implantação foram realizadas em Igarapé-Açu, as seguintes atividades: reuniões de sensibilização e de mobilização; eventos de construção de visão de futuro e de Diagnóstico das comunidades; Eventos de integração entre as organizações e entre os municípios envolvidos; composição de uma Equipe Local com 05 participantes; composição de uma Equipe Técnica com 20 participantes; realização de seminário de nivelamento conceitual para os jovens; mobilização e sensibilização de associações e cooperativas ligadas ao setor produtivo; assinatura de acordo de parceria entre o projeto, a Embrapa, e o Instituto de Desenvolvimento Humano Integral (IDHI) para apoiar e acompanhar o fortalecimento de atividades produtivas; realização de Seminários Oficinas destinados a técnicos e produtores a fim de discutir as cadeias produtivas da mandioca e do maracujá; capacitação de Agentes comunitários de Saúde para trabalhar questões Ambientais; Capacitação para a construção da Agenda 21 Local.

O projeto previa atuar na região durante seis anos, ou seja, de 2001 a 2007, quando já deveria ter alcançado, dentre outros objetivos, o fortalecimento das redes institucionais atuantes no Município. Porém, foi extinto após dois anos de atuação.

Segundo técnicos e membros da equipe Local esse fato foi decorrente da somatória de alguns fatores, dentre os quais: o corte de verbas do Governo Federal, a falta de apoio das instituições públicas locais, o pouco interesse demonstrado pela sociedade civil.

De acordo com relatos de membros da Equipe Local, ainda no início do ano de 2002, quando o projeto aparentava estar no auge de suas atividades, mais da metade das associações envolvidas foram excluídas do processo sob a alegação de que não demonstravam interesse em participar da proposta. O exame de fichas de confirmação das atividades, documento de controle e registros, revela a percepção da Equipe Local de que em algumas localidades havia pouca participação dos moradores.

Esse fato nos estimula a questionarmos o significado de participação para os diferentes sujeitos envolvidos nas experiências em desenvolvimento local, especialmente quando levamos em consideração que na opinião de alguns informantes-chaves o projeto gerou expectativas não cumpridas, principalmente quanto à idéia de que canalizaria para o Município um grande volume de recursos financeiros para investimento em infraestrutura, produção e capacitação. A não realização das expectativas geradas foi apontada como principal fator que levou ao descrédito da proposta e ao conseqüente desestímulo da população atingida.

3.1.2 O Projeto DLIS

De modo geral, o DLIS é uma estratégia para fomentar ações que tornem os municípios participantes auto-sustentáveis, despertando o desenvolvimento das vocações econômicas locais. Conforme nos mostra Trusen (2002, p.20): “O Desenvolvimento Local

Integrado e Sustentável (DLIS) poderia também ser considerado uma metodologia para planejar e promover o desenvolvimento de uma unidade territorial”.

Segundo a Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED) através de um histórico sobre o DLIS, disponível no Site <http://www.dlis.org.br//index.php>, o DLIS surgiu por meio da articulação entre pessoas e instituições preocupadas com o desenvolvimento local. Na sua fase inicial destaca-se a importância do Conselho da Comunidade Solidária, um programa do governo federal, que contribuiu para a articulação do processo de conversação interinstitucional, através da chamada Interlocação Política.

Durante o período de junho de 1996 e junho de 2002 o Conselho da Comunidade Solidária realizou 14 Rodadas de Interlocação Política, enfocando vários temas, dentre os quais o desenvolvimento local. Desse debate surgiu um programa do governo federal chamado Comunidade Ativa objetivando implementar estratégias de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável. Todo o processo de aprimoramento teve como antecedentes o “Projeto Paraíso Agora” e o Encontro de Março.

O Projeto Paraíso Agora começou a ser articulado em março de 1996 por um grupo de lideranças na cidade de Alto Paraíso em Goiás. O projeto abarcava sete municípios do nordeste goiano: Alto Paraíso, São João da Aliança, São Gabriel de Goiás (distrito de Planaltina de Goiás), Terezina de Goiás, Cavalcante, Nova Roma e Colinas do Sul. O projeto foi realizado por meio de uma parceria que envolvia o governo federal, o governo estadual de Goiás e uma Ong chamada Rede ALPA. Embora seus resultados não tivessem alcançado o sucesso desejado, essa experiência serviu de referência para o Programa Comunidade Ativa, contribuindo com o desenvolvimento de sua metodologia e permitindo melhor avaliar o desenvolvimento das ações.

O Encontro de Março, também chamado de “Ação Local e Modos de Vida Sustentáveis”, foi promovido pela Ágora (Associação para projetos de Segurança Alimentar e

Cidadania) e pela SID (Society for International Development), juntamente com outros parceiros nacionais, em 1997. Esse encontro teve como principal proposta aprovada a articulação de um fórum nacional de apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS.

No âmbito das Rodadas de Interlocação, o conselho da Comunidade Solidária amadureceu o debate em torno do tema desenvolvimento local, enquanto estratégia inovadora do desenvolvimento social. Em cada rodada procurava-se: aprimorar o conceito de DLIS, sua metodologia, identificar seus principais requisitos, definir propostas visando multiplicar as experiências de desenvolvimento local, discutir sobre a necessidade de integração de esforços institucionais buscando potencializar a integração de diversos programas governamentais e não-governamentais em andamento.

Durante a oitava Rodada de Interlocação, ocorrida em março 1998, o Conselho da Comunidade Solidária estabeleceu dez pontos de consenso sobre desenvolvimento local, conforme vemos abaixo:

1. Conceituação – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.
2. Objetivos – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis.
3. Condições políticas e institucionais – Para que as múltiplas experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável possam vir a compor, no seu conjunto, uma alternativa complementar global de desenvolvimento do País, é necessário que existam: uma estratégia nacional de desenvolvimento que compreenda a sua necessidade e uma política pública conseqüente.
4. Participação do Poder Local – A participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.
5. Participação da Sociedade – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer para sua viabilização a parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.
6. Nova dinâmica econômica – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pressupõe uma nova dinâmica econômica integrada de base local,

na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementariedade de empreendimentos, de sorte a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas.

7. Financiamento – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados.

8. Capacitação – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, colocando, por um lado, as questões da mobilização e da contratação e, por outro, a questão da capacitação desses agentes.

9. Informação – O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige uma nova base de informação desagregada que permita uma análise mais apurada da economia e da realidade social local, bem como novos indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo.

10. Comunicação social – Um dos principais fatores do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, sem o qual torna-se muito difícil realizá-lo, é a população despertada para as possibilidades e para as vantagens de um processo mais solidário de desenvolvimento, o que coloca a necessidade de desenvolver e aplicar estratégias de comunicação social e de marketing compatíveis. (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – AED, 2005, p. 03)

Nas Rodadas de Interlocação Política posteriores aprimorou-se o marco conceitual e metodológico do DLIS e as condições que deveriam ser criadas para desencadear processos que favorecessem a promoção de políticas de apoio ao DLIS, possibilitando a articulação de novos parceiros nos processos e impulsionando a criação de novas experiências de desenvolvimento local.

Por ocasião da Nona Rodada de Interlocação alguns conceitos e formas de condução do processo sofreram aprimoramentos, como por exemplo: o conceito de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável – DLIS; as ações de políticas públicas; a integração dos diferentes sujeitos sociais no processo de desenvolvimento. Conforme podemos observar abaixo esses elementos assumiram o seguinte caráter:

1. O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um processo de promoção do desenvolvimento, por meio de parcerias entre Estado e Sociedade, no qual ocorrem ações multissetoriais integradas de desenvolvimento, convergentes em uma dada localidade, segundo uma

metodologia que prevê, no mínimo: capacitação para a gestão local; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de uma nova institucionalidade participativa.

2. As políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social no Brasil devem ser, simultânea e fundamentalmente, políticas que promovam o desenvolvimento social.

3. As políticas de desenvolvimento sustentável estão baseadas em pressupostos de um novo paradigma de políticas públicas que poderiam ser resumidos nas três orientações seguintes: a parceria com a sociedade, a articulação inter e intragovernamental e a convergência e integração das ações.

3.1. Parceria com a sociedade: a chamada questão social não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, os principais problemas sociais do País não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade.

3.2. Articulação inter e intragovernamental: uma intervenção eficiente do Estado na área social exige articulação entre as diversas ações que são empreendidas. Sem essa articulação, intra-estatal, dos diversos órgãos governamentais, nos – e entre os – três níveis de governo, o Estado não conseguirá adotar uma nova racionalidade que evite o mau aproveitamento dos recursos.

3.3. Convergência e integração das ações: o enfrentamento da pobreza requer convergência e integração das ações. Nenhum resultado ponderável, em termos de melhoria efetiva das condições de vida das populações marginalizadas, poderá ser obtido apenas por decisão e no plano abstrato da União e dos estados federados, sem que se faça convergir as ações para promover o desenvolvimento integrado local. (AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2005. p. 04)

Conforme podemos ver no histórico do DLIS, foi a partir desses entendimentos que a Nona Rodada estabeleceu uma lista contendo os elementos constitutivos do DLIS, os passos de uma metodologia para a sua implantação, bem como os critérios para selecionar localidades onde essa metodologia deveria ser experimentada. Com esse aprimoramento estava sendo desenhado um novo programa da Comunidade Solidária, a ser coordenado pela sua Secretaria Executiva, que veio a se chamar “Comunidade Ativa”.

As rodadas do Conselho da Comunidade Solidária obtiveram como principais resultados: a) elaboração da estratégia federal de indução ao DLIS (materializada pelo Programa Comunidade Ativa); b) um primeiro levantamento das experiências bem-sucedidas; c) a formação de uma Base de Informações Municipais (“BIM”, pelo IBGE); d) e a criação do

“Fórum de Apoio ao DLIS”, lançado publicamente em março de 1998 e que, posteriormente, transformou-se na atual “Rede DLIS”.

A Rede DLIS tem como objetivos principais: garantir acesso a informações e serviços úteis para pessoas e organizações envolvidas na promoção do desenvolvimento local; contribuir para a interlocução e a ampliação do debate entre pessoas que trabalham com o desenvolvimento local; gerar maior qualificação à questão do desenvolvimento local; e fomentar uma cultura de trabalho em rede (REDE DLIS, 2004, p. 01).

A iniciativa de implantar a Rede DLIS, foi materializada com a alocação de recursos do Orçamento Geral da União no ano 2000. A proposta foi viabilizada através de uma parceria entre a Casa Civil da Presidência da República e a RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor.

A Rede DLIS tem como sua principal experiência a realização de um evento anual denominado EXPO Brasil Desenvolvimento Local. Trata-se de um encontro que ocorre normalmente no mês de novembro, reunindo Fóruns de Desenvolvimento Local, instituições governamentais e não-governamentais promotoras de programas de desenvolvimento local, instituições capacitadoras e agentes de desenvolvimento de todas as unidades da federação brasileira. A primeira edição da EXPO Brasil ocorreu em Brasília, em 2002 onde registrou-se a presença de aproximadamente 1.500 participantes, a segunda edição ocorreu em Belo Horizonte, em 2003 e, desta feita, compareceram cerca de 2.500 participantes, e a terceira edição foi realizada na cidade de Olinda, em novembro de 2004.

Um passo importante na trajetória histórica do DLIS foi a criação de um projeto de desenvolvimento local através de uma parceria estabelecida entre a extinta SUDENE e o PNUD.

Com a reformatação do Programa de Emprego e Renda – PRODER – ocorrida em 1999 o Sebrae nacional começou a absorver os procedimentos metodológicos do DLIS. Em

dezembro de 2000, foi formada uma equipe para desenhar, a partir do PRODER-Especial, o “Programa Sebrae de Desenvolvimento Local” -PSDL.

Conforme nos mostra o histórico disponibilizado pela AED:

Este novo programa (PSDL) iniciou suas atividades em março de 2001 e durante o ano de 2002 – em estreita parceria com a Comunidade Ativa – esteve presente em 696 municípios espalhados pelas 27 unidades da Federação. No entanto, o DLIS no Sebrae não se restringiu a isso. Foram criados projetos microrregionais que, juntamente com várias iniciativas estaduais, totalizaram, no final de 2002, quase duas mil localidades em processo de DLIS (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.07).

O histórico revela que o Conselho e a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, após terem avaliado suas trajetórias e reformulado suas estruturas, definiram como uma de suas missões o apoio aos processos de DLIS.

Nessa nova etapa da Secretaria Executiva, sua estratégia consistia na implementação do DLIS através de um programa federal de indução ao desenvolvimento local, denominado de Comunidade Ativa, que deveria ser operado em parceria com os governos estaduais e municipais e com o Sebrae. O programa foi lançado em 02 de julho de 1999 e configurou-se em uma estratégia de indução ao desenvolvimento Local Integrado e Sustentável voltada para o combate da pobreza. Vemos no histórico apresentado pela AED que:

Para fazer parte do Programa Comunidade Ativa, os municípios deveriam atender a alguns critérios, como ter população total inferior a 50 mil habitantes e apresentar Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) abaixo da média do índice regional. Sendo coordenado pela Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, cuja missão foi redefinida como a de ser uma instância indutora e parceira da localidade na alavancagem de seu desenvolvimento social, o Programa Comunidade Ativa começou a ser implantado em 1999, em 157 municípios, em geral com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) abaixo de 0,5. Essas localidades estavam distribuídas em todo o País, cinco em cada estado, com exceção do Distrito Federal (3 localidades) e de Goiás (12 localidades). No Acre, onde o governo estadual decidiu implementá-lo por conta própria, o programa começou em todos os 22 municípios (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p. 08).

Após avaliações do Programa Comunidade Ativa, ocorridas em fevereiro de 2001, foram feitas modificações no seu modelo de gestão sendo criadas as Coordenações Executivas Estaduais que se constituíram nas instâncias operacionais do programa no âmbito dos Estados.

Com a expansão do programa chegou-se nos anos de 2001 a 2002 a alcançar 696 municípios. Sendo que os primeiros 157 municípios passaram por um processo de recapacitação. Com essa expansão o programa passou a revelar o seguinte quadro:

Faziam parte da Comunidade Ativa, 696 municípios, distribuídos pelas 27 unidades da Federação. Desses, 157 integravam o programa desde 1999, quando foi iniciada a fase piloto. Os outros 539 aderiram ao Comunidade Ativa a partir da expansão do programa, iniciada no final de 2001 e concluída em 2002. Dessa forma, a população atingida pelo programa se aproximava, no final de 2002, dos 12 milhões de pessoas. Os municípios do programa, no final de 2002, estavam distribuídos nos Estados da seguinte maneira: 22 no Acre (todos os municípios); 39 em Alagoas, 14 no Amapá; 12 no Amazonas; 105 na Bahia (onde há um programa estadual de desenvolvimento local chamado “Faz Cidadão”); 35 no Ceará; 8 no Distrito Federal; 12 no Espírito Santo; 27 em Goiás, 25 no Maranhão; 16 em Mato Grosso; 27 em Mato Grosso do Sul; 19 em Minas Gerais; 35 no Pará; 25 na Paraíba; 21 no Paraná; 27 em Pernambuco; 21 no Piauí; 14 no Rio de Janeiro; 34 no Rio Grande do Norte; 25 no Rio Grande do Sul; 19 em Rondônia; 10 em Roraima; 27 em Santa Catarina; 48 em São Paulo; 15 em Sergipe e 14 no Tocantins (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.08).

A constatação de que as principais carências do Brasil relacionavam-se com a falta de capacitação de agentes públicos e privados para empreender e para gerir, com sucesso, iniciativas de desenvolvimento, nas áreas empresarial, governamental e social estimulou a criação de uma nova iniciativa nacional na área de educação, no final da Década de 90. Dessa constatação surgiu a Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED.

Para criação da AED concorreram dois fatores fundamentais: de um lado o Sebrae compreendeu que para cumprir sua missão institucional era necessário investir nos ambientes locais e setoriais mais amplos onde surgem as iniciativas empresariais. Ou seja, deveria haver maior investimento em capital humano e em capital social. De outro lado, o Governo Federal adotou uma nova estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e

sustentável – a Comunidade Ativa. Neste sentido, percebe-se que essas iniciativas convergiram na mesma direção: “não se pode promover o desenvolvimento sem investir no capital humano, no capital social e no empreendedorismo, *lato sensu*, isto é, na capacidade de empreender de todos os três setores da sociedade.” (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.10)

Foi a partir dessa convergência de idéias que surgiu o interesse de se construir uma nova iniciativa nacional dedicada em aumentar a capacidade de gestão e a capacidade de empreender de micro e pequenas empresas, governos locais e organizações da sociedade civil. Com esses propósitos surgiu no ano de 1999 a Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED – cujo processo de incubação durou de 1999 a 2000. Nesse período a AED funcionou na sede do Sebrae Nacional.

Conforme divulgado pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (2005, p. 10) a entidade foi legalmente constituída em “05 de março de 2001, como um programa público, do Sebrae em parceria com a Comunidade Ativa, com o PNUD, com a UNESCO, e contando com o apoio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)”.

Um outro passo também de fundamental importância pra a consolidação do DLIS foi a criação de uma organização Não-Governamental chamada “Projeto DLIS”. Esse passo se deu em função de que:

No final de 2002 – diante da possibilidade do novo governo não dar continuidade ao trabalho da Comunidade Ativa – foi criado o “Projeto DLIS”, uma nova organização não-governamental encarregada de dar seguimento à estratégia de indução do desenvolvimento local integrado e sustentável. O “Projeto DLIS” foi composto pelas pessoas que eram responsáveis pelo Programa Comunidade Ativa, tanto no Conselho quanto na Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, juntamente com agentes de desenvolvimento e colaboradores da AED. “O Projeto DLIS” passou a fazer parte da RedeSol, um conjunto de programas inovadores de fortalecimento da sociedade e de promoção do desenvolvimento, implementados pelo Conselho da Comunidade Solidária e animados, a partir de 2003, pela organização não-governamental chamada Comunitas (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.10).

Segundo essa versão, o governo do presidente Luís Inácio da Silva –Lula- eleito em 2002, interrompeu o apoio às iniciativas de DLIS, uma vez que extinguiu o Programa Comunidade Ativa e “resolveu priorizar novos tipos de atuação, baseados em um padrão de oferta de recursos para satisfazer necessidades ao invés de investir em ativos humanos e sociais para promover o desenvolvimento de comunidades”. (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.11)

Com o recuo do governo federal o Sebrae assumiu o protagonismo na indução de processos de DLIS, através da ação de suas Unidades de Desenvolvimento Local, que atuam nos diversos Estados da federação Brasileira. Conforme vemos abaixo:

O primeiro projeto com essas características foi o Projeto SEBRAE Xingó, que introduziu inovações tais como: agregação dos municípios em torno de uma identidade regional; compartilhamento da gestão do projeto entre vários Sebrae/UF; convergência das ações setoriais do SEBRAE no território a partir das vocações e oportunidades econômicas identificadas; formação de jovens empreendedores (protagonismo juvenil). A partir da experiência do Projeto SEBRAE Xingó, vários outros projetos regionais passaram a ser executados: Projeto SEBRAE Xingó, implementado em 29 municípios, envolvendo 04 Estados (Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe). Projeto Managé, implementado em 19 municípios, envolvendo 03 estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Projeto Zona da Mata, implementado em 67 municípios, envolvendo 05 estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe). Projeto ProCariri, implementado em 33 municípios da Paraíba. Projeto Araripe, implementado em 38 municípios, envolvendo 03 estados (Ceará, Pernambuco e Piauí). Projeto Vale do Jiquiriçá, implementado em 25 municípios da Bahia. Projeto ProCaxias, implementado em 08 municípios do Paraná. Projeto Cointa – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Taquari, implementado em 09 municípios do Mato Grosso do Sul. Projeto Baixo Sul, implementado em 09 municípios da Bahia. Projeto Bacia do Goitá, implementado em 04 municípios de Pernambuco. E o Projeto Médio Jaguaribe, implementado em 05 municípios do Ceará – coordenados em parceria pelo Instituto Aliança com o Adolescente. Além desses projetos nacionais o Sebrae atua também em cerca de 70 projetos de desenvolvimento local implementados por iniciativa dos Sebrae das 27 unidades da Federação (AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, p.11).

A Agência de Educação para o Desenvolvimento (2005, p. 12) nos mostra que no processo de consolidação do DLIS destaca-se também a articulação do Sistema AED: “um

sistema de agentes de desenvolvimento, de adesão voluntária, lançado em maio de 2003” e a articulação da ROC – Rede de Oscips de Apoio aos Fóruns de DLIS – um espaço para troca de idéias, experiências e elaboração de propostas entre os Fóruns de desenvolvimento Local, já implantados em centenas de localidades brasileiras.

Os idealizadores do DLIS ressaltam que no ano de 2004 registrou-se uma tendência ao fim da paternidade da proposta, ou seja, diversas organizações em todo território brasileiro vêm adotando a estratégia básica construída pela experiência do DLIS: “induzir o desenvolvimento por meio do investimento em capital social”, independente do consentimento de seus promotores originais. Isto é visto como um indicativo de avanço da proposta uma vez que pode significar sua apropriação social e a expansão de um movimento inovador, no âmbito do território nacional.

Trusen (2002) nos mostra que os contextos e dimensões econômico, social, ambiental e político são elementos que compõem atualmente o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) estando, de certa maneira, entrelaçados entre si.

O autor revela que, quanto ao procedimento metodológico, o DLIS incorpora as seguintes etapas de trabalho:

- a) **Mobilização, Sensibilização e Organização:** Para preparar a unidade territorial para o processo do DLIS é necessário:
Fomentar a participação da população através de campanhas de sensibilização e motivação (reuniões comunitárias, campanhas educativas, uso dos meios de comunicação, eventos como “o dia do desenvolvimento local”, etc.);
Melhorar a capacidade da gestão municipal: as estruturas políticas e administrativas devem estar em princípios democráticos (responsabilidade e transparência) e no profissionalismo; os esquemas e práticas municipais precisam ser revisados para assegurar a consideração dos aspectos da sustentabilidade na hora de tomar decisões;
Criar ou aproveitar um espaço institucional organizacional (fórum ou conselho) com a participação dos representantes de todos os atores importantes para planejar o DLIS.
- b) **Capacitação dos membros do Fórum ou do Conselho:** os membros precisam ser capacitados para exercer de maneira competente as suas funções em relação ao planejamento, através de conhecimentos e habilidades adquiridas.
- c) **Diagnóstico Local Participativo:** o diagnóstico local participativo é um instrumento pelo qual o Fórum ou o Conselho em conjunto com a população, identifica os principais problemas e obstáculos que impedem o desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, devem ser analisadas as potencialidades e

oportunidades do local, já que estas futuramente poderiam gerar as vantagens comparativas e competitivas. O diagnóstico participativo é um processo de autoconhecimento, que torna a população em atores de uma transformação.

d) **O Plano Estratégico de Desenvolvimento Local:** outro passo é a elaboração de um plano de desenvolvimento, com base nos problemas, nos potenciais e nas oportunidades identificadas. Como ponto de partida é usada a definição de uma visão conjunta de desenvolvimento.

e) **Negociação do plano e dos projetos:** o passo seguinte se refere à negociação do plano e mais especificamente dos projetos. O Fórum apresenta os projetos às organizações governamentais e não-governamentais para obter os recursos necessários para alcançar os objetivos e para conseguir o máximo grau possível de articulação e coordenação em relação aos investimentos.

f) **Implementação, monitoramento e avaliação do Plano:** uma vez negociado, o plano com seus projetos, precisa ser implementado. Embora esta seja a fase mais difícil, ela muitas vezes não é contemplada suficientemente na elaboração dos planos. As possibilidades de implementação dos planos dependem da qualidade dos projetos. Quanto mais clara e concreta a formulação dos projetos, maior se torna o grau de implementação do plano. Um elemento imprescindível para uma implementação com qualidade é o acompanhamento através de um sistema de monitoramento e avaliação, o qual deve tanto guiar o processo da implementação e realização do plano (monitoramento de processo), quanto observar os impactos dos projetos respectivamente do plano (monitoramento dos impactos). O monitoramento e a avaliação do processo da implementação são as tarefas mais importantes do conselho ou do fórum. Os membros precisam ser capacitados para assumirem essas funções (TRUSEN, 2002, p. 21 - 22).

O autor demonstra que o desenvolvimento local é compreendido como aquele que se preocupa com objetivos outros, além do crescimento econômico, julgados também importantes para o processo, juntamente com os seguintes fatores de desenvolvimento: a) o crescimento do capital humano; b) o crescimento do capital social; c) a implantação de uma boa governança (*good governance*) e; d) o uso sustentável do capital natural.

Neste sentido, o autor argumenta que, para um processo de DLIS:

A formação de capital Humano, em relação ao conhecimento, competência ou *know-how* e a capacidade de criá-lo e recriá-lo é uma condição importante para o desenvolvimento. É necessário investir em primeira linha na área da capacitação, na alfabetização, no ensino fundamental e no profissionalizante. No entanto as outras áreas, que são importantes para a satisfação das necessidades básicas e da qualidade de vida da população, não podem ser abandonadas: saúde, alimentação, habitação, infra-estrutura, transporte etc. O desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização, o que tem sido denominado como “Capital Social”. O Capital Social, portanto se transforma no capital principal de todas as formas possíveis da economia solidária e dos empreendimentos em grupo. O Capital Social, todavia não tem apenas uma função econômica. Os valores

inerentes como solidariedade, cooperação ou parceria, formam um ambiente específico de convivência, o qual pode contribuir consideravelmente para a qualidade de vida das pessoas. A ligação do Capital Social e Capital Humano torna-o também um ambiente de aprendizado em cujo contexto podem ocorrer conhecimento e competência. Outro fator importante para um desenvolvimento local sustentável é a boa governança. O último ponto importante para um desenvolvimento local integrado e sustentável, é o uso sustentável do Capital Natural, ou seja, das condições ambientais e físico-territoriais herdadas. Uma redução do Capital Natural necessariamente atrasará o desenvolvimento econômico e social. Por outro lado um aumento do mesmo garantirá a sua sustentabilidade (TRUSEN, 2002, p 20).

Trusen (2002, p. 20) nos mostra que o DLIS pode ser concebido como um processo que potencializa as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, “de modo a favorecer o crescimento econômico. Simultaneamente, elevar o Capital Humano e Social, causando a melhoria das condições de governo e o uso sustentável do Capital Natural”. Com essas expectativas o DLIS foi implantado em Igarapé-Açu, no ano de 2003.

4.1.2.1 O DLIS em Igarapé-Açu

A coordenadora do Escritório do Sebrae em Igarapé-Açu relatou que a instituição terceirizou a implantação do DLIS, no referido município, contratando uma organização civil denominada Instituto ÁGATA.

Ao escritório do Sebrae coube a incumbência de providenciar todo o apoio logístico necessário ao desenvolvimento do processo como, por exemplo: veículo, alimentação, material de expediente, itens que deveriam ser garantidos pela Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, na qualidade de instituição parceira.

O trabalho de instalação do Fórum de DLIS estava programado para acontecer ao longo de três meses, tendo ocorrido no período de 09 de setembro a 20 de dezembro de 2003. Após as articulações preparatórias, realizaram-se no dia 15 de setembro três rodadas de

reuniões, nos períodos da manhã, tarde e a noite, para apresentação da proposta à sociedade igarapeçuense, conforme podemos constatar no convite em anexo (anexo – C).

Na fase de implantação do Fórum de DLIS foram realizados os seguintes cursos: Liderar, Líder Cidadão, e Saber Empreender, destinados aos membros do Fórum, engajados no processo.

Segundo relato de informantes-chaves, o que foi reafirmado por documentos examinados (anexo - D), o Projeto DLIS em Igarapé-Açu contava com a parceria das seguintes organizações: Prefeitura Municipal, Sebrae, Departamento Municipal de Meio Ambiente – DEMA, UFRA, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Cultura Esportes e Turismo, Conselho Comunitário Central das Organizações Populares de Igarapé-Açu, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativa Mista Agropecuária e Industrial de Igarapé-Açu – COOPERAÇU, associações comunitárias, Associação das Costureiras de Igarapé-Açu¹², Associação dos Artesãos –ARTÍFICE.

A Coordenadora do Sebrae em Igarapé-Açu relatou que o projeto foi instalado naquele Município em razão de que nele já havia uma base física do Sebrae. Além disso, o Município apresentava um baixo índice de desenvolvimento humano, IDH¹³. Foi, portanto, por iniciativa do próprio Sebrae, que se efetivou a implantação do Projeto DLIS em Igarapé-Açu.

No período de três meses em que o DLIS atuou em Igarapé-Açu, os membros do Fórum realizaram as seguintes atividades: realização de um Diagnóstico Participativo Local; elaboração do Plano de Desenvolvimento Local; e a elaboração da Agenda de Desenvolvimento Local de Igarapé-Açu, contendo prioridades, que deveriam ser realizadas no período seguinte.

¹² Atual Cooperativa de Confeccões de Igarapé-Açu (COOCIG).

¹³ Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2000) tido como referência, o índice de desenvolvimento humano de Igarapé-Açu é de 0,670.

Dentre as prioridades que constam na Agenda de Desenvolvimento Local de Igarapé-Açu, elaborada pelo Instituto ÁGATA, juntamente com o Fórum de DLIS e Grupos Setoriais do Fórum, estão: 01) reforma do mercado municipal; 02) incentivo à fruticultura; 03) incentivo à piscicultura; 04) ampliação do sistema de eletrificação rural; 05) incentivo ao plantio de mandioca.

Segundo relato de informantes-chaves o projeto apresentava sérios problemas na sua fase de implantação. Algumas decisões, que caberiam ao Fórum tomar, já estavam definidas “*a priori*” pela coordenação, esta composta por representantes do Sebrae e do Instituto ÁGATA. Um exemplo disso foram as ações de capacitação preparativas para a formação do Fórum de DLIS. Desde a apresentação do projeto muitos representantes de organizações participantes sugeriram uma redefinição do cronograma em substituição à proposta apresentada pela consultora do projeto na qual todos os dias da semana deveria haver atividades de capacitação, o que impossibilitaria a participação de muitas pessoas e instituições.

A impossibilidade de mudança da proposta inicial amparava-se na alegação de que o cronograma de implantação do Fórum estava predeterminado e previa a conclusão dos trabalhos em três meses. Outro fator apresentado foi que a consultora não poderia participar de atividades nos fins de semana em razão de residir na capital do Estado.

Por esse motivo, instituições como a Embrapa foram convidadas, mas não participaram das atividades alegando ter dificuldade de se adequar à agenda de atividades imposta pela coordenação do projeto. Além dessa instituição alguns líderes comunitários, representantes do setor produtivo e representante da administração pública disseram que também não poderiam participar, pela mesma razão.

A centralização das decisões, nas mãos da coordenação do projeto, constituiu-se num fator negativo diversas vezes apontado pela maioria dos sujeitos entrevistados. Alguns

informantes relataram que a consultora do projeto repassava para os participantes locais uma relação de demandas e estes tinham que providenciar a aquisição dos itens solicitados, normalmente com verbas da prefeitura de Igarapé-Açu. Salientaram que os relatórios e outros documentos sobre o projeto eram inacessíveis aos participantes locais. Até mesmo o Diagnóstico Participativo Local, a Agenda de Desenvolvimento Local de Igarapé-Açu, e o Plano de Desenvolvimento Local de Igarapé-Açu, construídos pelo Fórum de DLIS, não foram entregues aos membros do referido Fórum, nem disponibilizados para o Escritório Local do Sebrae em Igarapé-Açu.

Merece destaque nesta exposição o fato de alguns informantes terem revelado que as organizações participantes foram coagidas a participar do Fórum sob a alegação de que, se não o fizessem, os recursos que deveriam ser empregados, na forma de projetos produtivos, seriam transferidos para outros municípios.

Conforme previsto, após três meses de atividades o Fórum de DLIS já estava formado e a partir de então deveria ser transformado em uma OSCIP¹⁴, responsável pela condução do processo de Desenvolvimento Local o que não ocorreu, devido sua brusca paralisação.

Alguns informantes alegaram que, além das deficiências apresentadas na forma de centralização do poder, faltou maior compromisso entre os parceiros com a causa do desenvolvimento local.

4.1.3 Projeto Pro-UFRA

A mais recente experiência em desenvolvimento local sustentável implantada no Município de Igarapé-Açu foi coordenada pela UFRA. As ações ocorreram no âmbito do Projeto de Fortalecimento Institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia – Pro-

¹⁴ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

UFRA - que iniciou no mês de maio do ano de 2001. Esse projeto tinha por finalidade melhorar o nível de capacitação de alunos e professores, técnicos e colaboradores em geral, buscando viabilizar a elaboração de políticas públicas voltadas para a população da Amazônia.

Conforme está descrito no documento Pro-UFRA: Força que transforma (2003), o Pro-UFRA era financiado com recursos do Departamento para o Desenvolvimento Internacional – DFID - através de uma cooperação bilateral com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC – órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Adotando uma metodologia que pretendeu envolver o maior número possível de pessoas nas ações de fortalecimento institucional, a UFRA enfrentava o desafio de exercer uma influência mais ampla no seu campo de atuação e garantir um ensino de qualidade, participativo e direcionado para o desenvolvimento da região onde atua. Neste sentido mobilizou esforços objetivando estabelecer um Processo de Planejamento Estratégico da Instituição, que incluiu a requalificação de professores, o desenvolvimento curricular e a busca de parcerias em apoio ao novo sistema de gestão institucional. Essas mudanças internas têm buscado a adoção de trabalhos com maior envolvimento das populações atingidas, como está sendo o caso do estímulo à implantação de um processo de desenvolvimento Local Sustentável no Município de Igarapé-Açu.

No aspecto teórico-metodológico essa experiência se assemelha ao projeto BNDES-PNUD, adotando a mesma metodologia GESPAR. De acordo com a literatura utilizada pelos consultores que lhe dão suporte técnico, trata-se de “uma metodologia de capacitação que, promovendo a gestão participativa, visa o desenvolvimento empresarial das organizações de pequenos produtores rurais e/ou urbanos e a melhoria da qualidade de vida das suas famílias” (GONI, 1995, p. 06).

O autor demonstra que as unidades de produção familiares, as associações e cooperativas são como as empresas e, dessa maneira, devem ser administradas com eficiência e eficácia, para que se mantenham e se desenvolvam, garantindo a sua sustentabilidade e efetividade de sua missão e, assim, contribuindo para o alcance dos objetivos dos seus sócios e/ou proprietários.

Na perspectiva de Goni (1995), a missão de uma associação ou cooperativa deve ser entendida como a intermediação e a facilitação dos negócios e atividades comuns de seus associados. A esse respeito Pedro Tavares Jofilsan, que foi contratado pelo DFID para prestar consultoria ao projeto de Desenvolvimento Local em Igarapé-Açu, em seu livro: *Capacitando para o Desenvolvimento Empresarial* (1998), destaca que “a Missão Social, o compromisso, ‘a jura’, o discurso, a referência, é a razão de ser da organização e deve estar voltada para as necessidades da sociedade e não vice-versa, como se a sociedade fosse um mero espaço para exploração” (JOFILSAN, 1998, p.24).

Jofilsan destaca ainda que a identificação e redação da missão devem ocorrer da forma mais participativa possível para que possa retratar a realidade da organização e fazer com que seja incorporada por todos os sujeitos que dela fazem parte. O projeto de desenvolvimento local coordenado pela UFRA tem como missão: “estimular as comunidades a se organizar em busca do desenvolvimento local.”

A implantação dessa experiência vem ocorrendo com base nos procedimentos propostos pela Metodologia GESPAR, logo, não nos deteremos na exposição dessa metodologia, uma vez que já o fizemos na seção que trata do projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD.

No aspecto prático, o projeto coordenado pela UFRA consiste dos seguintes passos:

01 - Levantamento da visão de futuro, compreendendo que “a expectativa de se imaginar no futuro gera nas pessoas esperanças, ânimo, coragem de trabalhar e responsabilidade com o

que está sendo desenvolvido no presente” (JOFILSAN, 1988, p. 33). É nessa fase que ocorre a sensibilização das organizações locais, instituições públicas e entidades privadas, conforme apresenta Goni (1995).

02 - Diagnóstico participativo, destinado a “identificar e analisar os elementos relevantes do sistema-ambiente (...), para estabelecer um Diagnóstico, conjecturar um prognóstico e abrir perspectivas de intervenção e mudança; capacitar a Equipe Local no processo de aprender fazendo” (GONI, 1995, p. 16).

03 - Planejamento estratégico, estabelecendo o modelo de intervenção e as estratégias das ações.

04 - Desenvolvimento de estrutura organizacional, em consonância com a missão do Projeto.

Em todas essas etapas o grupo de animadores tem como princípio básico não mencionar ou prometer a liberação de dinheiro ou a implantação de projetos produtivos. Concebem a idéia de que a canalização de recursos e projetos é fruto do processo de desenvolvimento e produto da construção coletiva.

Compreende-se que em todas as fases está presente o interesse de capacitar os diferentes sujeitos envolvidos, especialmente os membros da Equipe Local, responsável pela animação do processo.

Destaca-se ainda que o projeto tem buscado, a cada encontro com o público atingido, definir um Plano de Ação Imediata – PAI - com objetivo de executar um conjunto de atividades de curto prazo e que possam ser realizadas sem muita complexidade. Essa ação além de fortalecer a auto-estima dos participantes, se destina também a capacitar a Equipe Local, reforçando o propósito de aprender fazendo.

Desataca-se também a realização dos eventos denominados Treinamentos Técnicos Interinstitucionais (TTIs). Essa atividade muito se assemelha com a fase de Transferência de

Tecnologia (TTE), demonstrada por Goni (1995) onde são realizados eventos destinados a reforçar a instrumentalização em técnicas e conhecimentos específicos nos diversos setores da vida das organizações. O autor salienta que nesta fase a Equipe Local passa a atuar mais como articuladora junto a entidades e instituições, programando eventos, como: oficinas, cursos, treinamentos, seminários, visitas a experiências semelhantes.

4.1.3.1 Projeto Pro-UFRA em Igarapé-Açu

A experiência em desenvolvimento local estimulada pela UFRA no Município de Igarapé-Açu teve como marco inicial uma reunião ocorrida no dia 31 de julho de 2003 na Fazenda Escola da UFRA – FEIGA - instalada naquele Município. No decorrer do evento a Coordenadora da Fazenda, Eng^a Agr^a Wilza Pinto, destacou que desde que assumiu aquela Unidade buscou fazer a integração da UFRA com a comunidade. Salientou que a instituição já estava na cidade há muito tempo e pouco se relacionava com a comunidade local. Finalizou seu discurso dizendo que: “hoje a preocupação da Universidade é transformar seus alunos em agentes de desenvolvimento local”.

Na mesma ocasião, Sr. Herivelton Paiva, secretário Municipal de Agricultura de Igarapé-Açu, disse que algumas ações da secretaria que representa já estavam sendo executadas em parceria com a UFRA e que a prefeitura estava disposta a ampliar sua relação com aquela instituição de ensino superior.

O Sr. James, coordenador do Pro-UFRA, em seus comentários destacou que os agricultores eram considerados agentes de difusão tecnológica, por excelência. Ao final de seu discurso, enfatizou: “Precisamos dar abertura para que as ações da Universidade sejam de

acordo com os interesses da comunidade, ajudando para que a comunidade trace os rumos de sua história”.

Com esses discursos ficou demonstrado o interesse da UFRA em aproximar suas ações às demandas locais, especialmente dos agricultores familiares, com os quais os alunos da instituição poderiam exercitar o aprendizado acadêmico e gerar novos conhecimentos.

Ao final da reunião foi sugerido um novo encontro para que houvesse maior aprofundamento da proposta de parceria onde os representantes de entidades, após consultar suas bases de atuação, pudessem responder à seguinte questão: O que a Universidade, alunos, professores e direção da UFRA precisam aprender com a comunidade local?

O encontro posterior ocorreu no mês de agosto no Campus da Universidade Estadual do Pará – UEPA - em Igarapé-Açu, com a presença de aproximadamente 50 pessoas, revelando um número de participantes aproximado ao registrado no evento anterior. Lideranças comunitárias e representantes de instituições públicas que participaram do evento disseram que este foi muito proveitoso, permitindo uma maior aproximação da comunidade local à Universidade, especialmente no que diz respeito à elaboração de trabalhos de interesse comum.

Com essa aproximação o termo Desenvolvimento Local Sustentável foi ganhando força na medida em que os encontros posteriores canalizavam seus objetivos para a reflexão dos problemas e potencialidades locais.

No dia 27 de setembro de 2003 foi realizada uma reunião na Associação Recreativa Clube Operário – ARCO- em Igarapé-açu, que contou basicamente com a presença do mesmo grupo que já vinha se reunindo anteriormente. Nessa reunião constituiu-se uma comissão encarregada de fazer um levantamento dos documentos produzidos pelos diversos fóruns de debate da sociedade local como as Conferências Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como os documentos produzidos

pelo projeto BNDES-PNUD. Essa medida tinha por objetivo resgatar o acúmulo de importantes reflexões e demandas já levantadas pela comunidade local em diversos momentos anteriores.

No dia 16 de outubro de 2003, realizou-se um encontro para a apresentação do relatório da comissão. Durante o evento a comissão de sistematização expôs os diversos problemas e demandas levantadas em Conferências Municipais e pelo projeto BNDES-PNUD, objetivando abrir o debate em torno de um ponto de partida para esse novo processo de desenvolvimento local que estava se consolidando, sob a justificativa de que o material produzido foi bastante oneroso para a sociedade em termos de tempo para a elaboração e de recursos públicos e privados gastos.

Na medida em que o processo de discussões acerca do desenvolvimento local sustentável estava sendo encaminhado foi assumindo o protagonismo um grupo de aproximadamente oito jovens que, há algum tempo, já se reunia regularmente na fazenda escola da UFRA, com o objetivo de encontrar alternativas para sua situação de desemprego, ociosidade e falta de perspectivas.

Na época os jovens definiram, junto com seus apoiadores, que iriam fazer uma horta na área da UFRA e que também iriam se dedicar à criação de abelhas. Essas atividades foram realizadas e o grupo recebeu apoio técnico e alguns insumos da Fazenda Escola da UFRA. Atualmente se dedicam apenas à criação de abelhas, atividade que ficou mais bem estruturada após terem recebido, no ano de 2004, crédito rural coberto com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

A importância desse grupo deve-se ao fato de ter se tornado a principal base de apoio ao projeto de desenvolvimento local, estimulado pela UFRA. Alguns membros recebem uma ajuda financeira, na forma de bolsa de estudos, para manter uma regularidade nas ações do processo, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas atividades na apicultura.

Posteriormente aderiram ao grupo outras pessoas de diferentes setores como, por exemplo: professores, profissionais liberais, lideranças comunitárias, agricultores, sindicalistas, além de outros jovens, que se agregaram ao grupo após várias oficinas de sensibilização promovidas inicialmente pelo Pro-UFRA e, após o final do projeto, com auxílio de outras fontes de recursos.

Dentre as atividades que o projeto de desenvolvimento local estimulado pela UFRA realizou mencionamos: a mobilização e sensibilização de pessoas e entidades com atuação local; a realização de oficinas para capacitação da Equipe Local; a realização de ações para o desenvolvimento da localidade de Livramento; a participação da Equipe Local em eventos como: Seminários na UFRA, Expo Brasil 2004 em Recife – PE; a visita a outras experiências de desenvolvimento, como o projeto da Cidade de Colinas, no Estado do Maranhão, a Casa Familiar Rural e o Projeto GESPAN.

A experiência em desenvolvimento local estimulada pela UFRA está em pleno andamento. O maior investimento tem sido na capacitação de sua Equipe Local. Seus coordenadores esperam melhor qualificar a equipe já existente e multiplicar o número de lideranças envolvidas no processo para que possam atuar junto a outras entidades e localidades do Município.

Ao mesmo tempo, está sendo fortalecida uma Organização Não-Governamental denominada *Nheegatu*¹⁵, que pretendem transformar em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Essa entidade está sendo a pessoa jurídica que coordena atualmente o processo de desenvolvimento local e realiza os devidos encaminhamentos, conforme podemos constatar em documento anexo (anexo – E).

¹⁵ Termo de origem indígena que significa grande caminho das canoas.

A UFRA, que inicialmente estimulou essa experiência em desenvolvimento local é, atualmente, apenas uma das instituições parceiras e não mais exerce a função de coordenadora e de principal animadora do processo.

Pudemos então observar que o grupo de pessoas que compõe a entidade *Nheegatu*, de fato, vem assumindo o papel de protagonista do desenvolvimento local realizando seminários de sensibilização, oficinas de capacitação, dentre outras atividades. Desde os primeiros encontros realizados na localidade de Livramento o grupo foi estimulado a assumir o processo juntamente com a comunidade local. As responsabilidades têm sido gradativamente transferidas, especialmente com o fim do projeto Pro-UFRA, ocorrido no ano de 2004.

Na foto seguinte vemos um dos membros da entidade *Nheegatu* animando o processo de desenvolvimento na localidade de Livramento.



Figura 6: Reunião na localidade de Livramento para discutir a visão de futuro dos Agricultores Familiares
Fonte: Trabalho de Campo

Além de articular o processo de desenvolvimento local em Igarapé-Açu, os membros dessa entidade têm realizado oficinas de capacitação em outros municípios, ao mesmo tempo em que participam de eventos para troca de experiências com grupos de atuação semelhante. No início do ano de 2005 adquiriram um terreno urbano onde pretendem construir uma sede para a entidade.

5. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E AUTOPROMOÇÃO

5.1 CONTRIBUIÇÕES PARA AUTOPROMOÇÃO

Neste capítulo nos propomos a discutir as contribuições dos projetos enfocados à autopromoção e protagonismo dos agricultores familiares no âmbito do processo de desenvolvimento sustentável de suas localidades. Num breve esforço conceitual compreendemos o fenômeno da autopromoção como um ato de conquista e aprimoramento pessoal da capacidade de acionar, originar e impulsionar processos de desenvolvimento visando o acesso e elevação da qualidade de vida individual e coletiva, possibilitando, dessa maneira, a conjugação de esforços em favor da sustentabilidade local.

Conforme vemos em Demo (2001) a autopromoção é produto da conquista da participação, ou seja, do protagonismo dos sujeitos nas suas relações sociais; é o exercício concreto da cidadania na construção dos rumos de sua própria história.

No Capítulo II mostramos que a participação pode assumir diferentes formas dentre as quais algumas que reafirmam a dominação, como é o caso da participação instrumental e da participação passiva. Outras formas objetivam instrumentalizar os sujeitos para o protagonismo de suas ações, como é o caso da participação ativa e da participação conquistada. Neste caso a participação assume o caráter de “um processo de conquista da autopromoção” (DEMO, 2001, p. 124) uma vez que esta se revela quando os participantes tornam-se sujeitos ativos em suas histórias pessoais e coletivas.

Neste sentido entendemos que o fenômeno da autopromoção é peça fundamental nas experiências que buscam o desenvolvimento local sustentável uma vez que, de forma resumida, estas significam a criação de “novos espaços e oportunidades de relacionamento para que as vivências se convertam em aprendizagem, e as pessoas e a coletividade

progressivamente se tornem mais capazes de realizar seus projetos, de dar respostas aos problemas” (NERY, 1998, p. 7).

Conforme vimos no Capítulo I, a autopromoção é compreendida como “a característica de uma política social centrada nos próprios interessados que passam a autogerir, ou pelo menos a co-gerir, a satisfação de suas necessidades, com vistas a superar a situação assistencialista de carência de ajuda” (DEMO, 2001, p.67), logo, se apresenta como elemento importante para a construção do desenvolvimento local, este compreendido como “fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas as potencialidades locais por meio da interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais” (FRANCO, 2001, p. 158).

Comprendemos que o dinamismo das potencialidades locais exige a ação ativa dos diferentes sujeitos, transformados em protagonistas de sua própria história. Dessa maneira a construção do desenvolvimento sustentável não pode prescindir de um permanente processo de conquista da participação, para que a localidade se fortaleça de forma integrada.

Comparando as três experiências, percebemos que, do ponto de vista teórico, todas podem ser vistas como processos de desenvolvimento que tinham por objetivo a autopromoção de seus participantes. Essa percepção está fundamentada na análise dos objetivos e dos procedimentos metodológicos adotados.

Dessa maneira, mostramos que no caso do Projeto BNDES – Cooperação Técnica do PNUD a proposta tinha por objetivo: “contribuir para a melhoria das condições de vida, da ocupação e da renda, especialmente das populações carentes” (ZAPATA et al., 2000, p. 06); o DLIS objetivava “Planejar e promover o desenvolvimento sustentável de uma unidade territorial” (TRUSEN, 2002, p. 20), o que em muito se assemelha com o objetivo geral do projeto coordenado pela UFRA, que consiste de: estimular a capacitação e a organização visando melhorar a qualidade de vida local.

Como vemos, o investimento na qualidade de vida é fator comum aos três casos examinados, expressando a íntima ligação de seus objetivos com esse princípio básico das iniciativas que buscam promover o desenvolvimento local.

Outro aspecto que reafirma nosso argumento de que os pressupostos teóricos das referidas experiências defendem a autopromoção dos participantes é a sua fundamentação no princípio de que a construção de uma sociedade sustentável exige a participação ativa dos diferentes sujeitos que interagem na localidade atingida. Neste sentido, Zapata et al. (2000, p. 47) nos mostra que o projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD pretendia impulsionar processos de desenvolvimento local através da construção de estratégias participativas de capacitação, fundamentadas na metodologia GESPAR. Segundo a autora: “A GESPAR estimula a prática de novos valores, tais como a participação com responsabilidade social”.

A Agência de Educação para o Desenvolvimento (2005), mostra que para a viabilização do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS - é necessária ampla participação da sociedade, através de parcerias que incluam Estado, Mercado e Sociedade Civil. Com referência ao tema participação o mesmo entendimento ocorre no projeto de desenvolvimento local coordenado pela UFRA que, conforme vimos no Capítulo anterior, desde a sua origem buscou adotar um procedimento metodológico participativo: a metodologia GESPAR.

Outro aspecto indicando que as três experiências tinham como princípio teórico a autopromoção de seus participantes está na adoção da prática metodológica de Ambientes-Oficinas.

A literatura de base do Projeto Bndes – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD mostra que Ambiente-Oficina é uma metodologia de capacitação usada para facilitar o processo de desenvolvimento “que interage harmonicamente com os demais

componentes formando um todo, que vai intervir num outro sistema, o espaço local, buscando provocar mudanças comportamentais nos protagonistas do desenvolvimento, os atores locais” (ARNS, 1998, p. 17), ou seja, é um espaço pedagógico que cultiva o protagonismo dos sujeitos, estimulando sua autopromoção.

Analisando o procedimento metodológico do DLIS, verificamos que este também agrega a idéia de Ambiente-Oficina uma vez que, considera que os valores inerentes ao Capital Social como, solidariedade, cooperação ou parceria, formam um ambiente de convivência que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O investimento em Capital Social e Capital Humano forma um ambiente de aprendizado “em cujo contexto podem ocorrer conhecimento e competência” (TRUSEN, 2002, p. 20). Nessa perspectiva, o Ambiente-Oficina está evidenciado pela formação de um espaço social de aprendizagem voltado para o fortalecimento do Capital Humano e do Capital Social.

Conforme vimos anteriormente, o processo de desenvolvimento local estimulado pela UFRA, adota o mesmo procedimento metodológico do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD: a metodologia GESPAR, logo, também contempla a criação de Ambientes-Oficinas. A esse respeito um dos membros da Equipe Local disse que o Ambiente-Oficina se trata da conversão dos espaços comuns em espaços de aprendizagem onde: “todo momento e tempo é tempo e momento de se aprender.” (membro da Equipe Local, 2004). Com isto quis traduzir que as ações realizadas fazem parte de um todo pedagógico que envolve os participantes no processo de aprendizagem.

Na perspectiva em que situamos a participação, ou seja, enquanto ato de conquista da autopromoção, entendemos que para estimular ou favorecer a autopromoção dos agricultores familiares, deve haver investimentos contra a pobreza política, coibindo as práticas que os coloquem na condição de massa de manobra, objeto de dominação e manipulação, de

instrumento a serviço dos outros. Elementos estes que, segundo Demo (1999), caracterizam um estado de pobreza política.

Partimos da compreensão de que os Ambientes-Oficinas poderiam ser os espaços privilegiados para o combate à pobreza política e ao exercício de práticas e valores que fortaleceriam os capitais Humano e Social: “crescimento dos níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização” (TRUSEN, 2002, p. 19). Esses elementos são fundamentais para a criação daquilo que Ângela Küster (2004) chamou de participação cidadã.

Em resumo, do ponto de vista teórico-conceitual os processos de desenvolvimento que estamos examinando apresentam os seguintes pontos em comum:

- Objetivam a autopromoção de seus participantes;
- Buscam melhorar a qualidade de vida nas áreas de abrangência;
- Têm como princípio a participação ativa dos diferentes sujeitos;
- Adotam procedimentos metodológicos participativos;
- Adotam a criação de Ambientes-Oficinas.

Com base nessas características, que nos permitem perceber que as experiências examinadas estavam, teoricamente, voltadas para atingir o ideal de uma participação conquistada, faremos o exame de suas contribuições para a autopromoção dos agricultores familiares, utilizando-nos como referência básica os pressupostos técnicos, científicos e filosóficos dos próprios processos. Com isto esperamos perceber particularidades advindas da relação teoria e prática.

Partindo-se da idéia de que a autopromoção se constrói através de um processo de conquista da participação, conforme vemos em Demo (1999; 2001), sugerimos como indicadores para avaliar as contribuições que as experiências em desenvolvimento local deram

à autopromoção dos agricultores familiares algumas ações e princípios que, uma vez exercitados, poderiam contribuir para a melhoria dos níveis de pobreza política. Neste sentido, elegemos os seguintes indicadores: a) Socialização e compreensão das propostas; b) Transparência na aplicação de recursos; c) Sentimento de pertencimento; d) Capacitação.

Passaremos agora a examinar cada um desses indicadores, na perspectiva de que o cruzamento dos resultados possa nos fornecer os elementos que nos permitirão avaliar as contribuições dos processos de desenvolvimento local para a autopromoção dos agricultores familiares, ou seja, para a conquista de seu direito de participar.

5.1.1 Socialização e Compreensão das propostas

Consideramos a socialização e a compreensão das propostas de desenvolvimento enquanto prática e, ao mesmo tempo, um princípio, que poderiam contribuir para a ruptura da possibilidade de dominação através do monopólio do conhecimento.

Entendemos que a conquista da participação exige a compreensão da proposta de desenvolvimento pelos sujeitos envolvidos propiciando a estes, melhor capacidade de intervenção nos rumos do processo, uma vez que “o protagonismo dos atores locais possibilita a construção de capital social (laços, confiança, cooperação e redes)” (ZAPATA et al., 2000, p. 8).

Sem compreensão da proposta, como seria possível aos agricultores familiares passarem para a condição de protagonistas do seu próprio desenvolvimento, conforme almejam as experiências que estão sendo investigadas?

Partindo-se dessa interrogação, buscamos perceber a compreensão dos agricultores familiares acerca das experiências em desenvolvimento local nas quais, oficialmente, estavam

envolvidos. Para isto selecionamos um conjunto de questionamentos que fizemos a uma amostragem de quatro (04) entrevistados de cada entidade ou comunidade beneficiária de cada projeto, equivalendo a 10% dos agricultores associados, na perspectiva de percebermos suas compreensões acerca das propostas. Para alcançarmos esse objetivo, questionamos: qual a definição que os agricultores dão ao processo de desenvolvimento? Quais os objetivos da experiência na qual estavam envolvidos? Quais os procedimentos metodológicos adotados? Que metas eram buscadas?

Esperamos que essas perguntas possam nos ajudar a perceber a compreensão que os agricultores têm dos projetos. Entendemos, porém, que somente nos será possível termos uma noção aproximada e superficial, mas acreditamos que seja suficiente para nos mostrar se há pelo menos uma tendência à compreensão e socialização das propostas entre os agricultores.

Verificamos que, sobre a proposta do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, somente a coordenadora da ASSOPEP, que participava ativamente das reuniões e outros eventos do projeto, soube prestar algum tipo de esclarecimento. Os demais associados nada souberam informar a respeito do projeto, alegando que não havia discussão do assunto nas reuniões da entidade.

Mesmo para nossa única informante, a proposta do projeto não ficou devidamente esclarecida, motivo pelo qual disse não ter entendido o que de fato seria o projeto em questão. Alegou ainda que desconhecia os objetivos e as metas que o projeto deveria alcançar.

Quanto ao procedimento metodológico, disse que se tratava da aplicação da metodologia GESPAR, mas ressaltou que não estava claro no que consistia essa metodologia.

No caso do Projeto DLIS, verificamos a mesma ocorrência que no projeto anteriormente descrito: com exceção do representante da Associação Novo Brasil, no Fórum de DLIS, todos os sócios da entidade que entrevistamos desconheciam o projeto e nada puderam informar a seu respeito. O coordenador da entidade disse que o representante da mesma no Fórum de

DLIS não repassava as informações para os demais associados. Reconhece, porém, que a associação era tida como parceira do projeto, mas salienta que nunca tiveram uma reunião, na associação, para tratar de assuntos referentes ao DLIS.

Conforme vimos somente uma pessoa, representante da associação Comunitária Novo Brasil, soube informar acerca do projeto, dizendo que o mesmo se tratava de um estudo sobre a realidade econômica da região.

Quanto aos objetivos, reafirmou a opinião de parceiros e executores do projeto dizendo que este visava estimular o setor produtivo e de serviços, ou seja, estimular o desenvolvimento econômico da localidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos disse que consistiam de reuniões de sensibilização e diagnóstico participativo.

Para o informante, a principal meta do projeto era viabilizar as prioridades definidas pelo Fórum de DLIS, ou seja: Reforma do mercado municipal, incentivo à piscicultura, incentivo à fruticultura, ampliação do sistema de eletrificação rural e incentivo ao plantio de mandioca.

Com referência à experiência em desenvolvimento estimulada pela UFRA todos os agricultores familiares entrevistados deram uma definição do projeto, revelando algum tipo de compreensão acerca do mesmo. Para três agricultores o processo tem por objetivo o melhoramento das condições de vida local, através do desenvolvimento do setor produtivo. Um dos entrevistados foi mais abrangente, dizendo que o processo ensina os participantes a entender o mundo ao seu redor, ensina a participar e a incentivar os outros. Em ambos os casos as opiniões têm um forte apelo à melhoria da qualidade de vida.

Nenhum dos agricultores soube informar acerca do procedimento metodológico adotado. Porém, com relação às metas do projeto, dois entrevistados expressaram que o

projeto tem por meta levar melhorias para a localidade de Livramento. Com base no levantamento dessas opiniões pudemos compor o seguinte quadro:

| PROJETO | DEFINIÇÃO DO PROJETO | OBJETIVO | METODOLOGIA | META |
|----------------|-----------------------------|-----------------|--------------------|---------------|
| BNDES/PNUD | 01 | Não informado | 01 | Não informado |
| DLIS | 01 | 01 | 01 | 01 |
| UFRA | 04 | 04 | Não informado | 02 |

Quadro 1 - Amostragem do número de agricultores familiares com conhecimentos básicos sobre o projeto no qual estavam envolvidos. Igarapé-Açu – Pará - 2004

Fonte: Dados de campo

O quadro demonstra que as propostas dos projetos BNDES – PNUD e DLIS eram pouco conhecidas pelos agricultores familiares que fazem parte de entidades tidas como parceiras e participantes dos mesmos: a Associação ASSOPEP e a Associação Novo Brasil, respectivamente. Vimos que nessas entidades somente seus representantes junto aos projetos tinham algum conhecimento sobre as propostas.

No caso da experiência em desenvolvimento local estimulada pela UFRA, todos os entrevistados demonstraram algum tipo de conhecimento sobre a proposta.

Esse indicador mostra diferenças no desdobramento dessas experiências que podem nos ajudar a entender suas contribuições para o processo de conquista da participação dos agricultores familiares.

Passaremos agora a mostrar o nível de transparência dos projetos examinados com relação a aplicação dos recursos financeiros.

5.1.2 Transparência na aplicação dos recursos

Esse é um indicador importante para se avaliar o processo de conquista da autopromoção, especialmente porque parte dos recursos materiais, humanos e financeiros aplicados, tinham origem em instituições públicas que, com sua estrutura material, e seu

quadro de funcionários, de várias formas contribuía para a execução das propostas, na qualidade de instituições parceiras.

Conforme vimos no Capítulo II é destacada a contribuição material e financeira de instituições como a Prefeitura municipal de Igarapé-Açu, Embrapa, BNDES, UFRA, UEPA, Secretarias Municipais e Estaduais, e até mesmo, organismos internacionais como o PNUD, e o DFID. Em razão disso, entendemos que somente este fator já justificaria a necessidade de uma gestão financeira transparente.

Outro fator que também justifica esse exercício é a oportunidade de se criar nos Ambientes-Oficinas, que deveriam ser os projetos, um espaço de capacitação focado no exercício da gestão pública transparente, contribuindo-se para a reafirmação da cultura democrática e de valores fundamentais como: honestidade, confiança e respeito.

O próprio conceito de Ambiente-Oficina parte do princípio de que “todas as ações desenvolvidas devem ser capacitadoras” (GONI et al., 1998, p. 50). Neste sentido o autor destaca que:

Conforme o método de trabalho desenvolvido no Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional, a principal fonte do conhecimento é a realidade e a prática social, recuperada criticamente e sistematizada, para logo ser devolvida aos participantes para sua análise, interpretação e nova aplicação (GONI et al., p. 52).

Vemos, portanto, que Ambiente-Oficina favorece um processo dialético de aprendizagem que se fundamenta na prática da reflexão e na reflexão da prática para a construção de caminhos alternativos ao modelo de gestão centralizada, que ofuscam a transparência no tratar das questões públicas.

A transparência da prestação de contas dos projetos poderia também ajudar no fortalecimento dos laços de confiança. A confiança contribui para crescimento de capital

humano e social, dois fatores importantes para a autopromoção e elementos estratégicos nos investimentos sociais dos três projetos. Neste sentido Putnam nos mostra que:

A confiança é um componente básico do capital social. (...) Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. (...) A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente. (PUTNAM, 1996, p. 176).

Reafirmando essa percepção, Putnam (1996, p. 176) salienta que “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Esse argumento reforça a importância da confiança para a criação de capital humano e social, dois componentes almejados pelos projetos que foram estudados, conforme podemos observar no exame de suas propostas feito no Capítulo III desta dissertação.

Segundo Putnam (1996), a confiança ocorre porque os sujeitos conhecem a disposição mútua de agir, as alternativas de que dispõem, as conseqüências da ação e a capacidade do outro, dando a garantia de que ele agirá da forma prevista e/ou esperada. Por essas razões, vemos que a transparência concorre favoravelmente para a geração de confiança entre os sujeitos. Ela pode ainda evitar, ou atenuar, a probabilidade de surgirem comentários pejorativos, geralmente envolvendo dúvidas ou afirmativas, sem a devida fundamentação, especialmente sobre a condução de trabalhos e a gestão financeira. Tais comentários podem vir a desestabilizar o processo, desviando seu direcionamento para conflitos que poderiam ser evitados ou, melhor administrados, através de uma conduta transparente, por parte das lideranças, especialmente no que se refere ao gerenciamento de recursos.

O exercício da transparência favorece ainda a criação de um Ambiente-Oficina que permita aos participantes a concertação de suas práticas e a construção de uma cultura fundamentada na transparência com as questões de interesse público.

Para fim de compreendermos a percepção dos agricultores sobre a transparência na aplicação dos recursos incluímos no nosso roteiro de entrevista os seguintes questionamentos:

a) Quem financia as ações do projeto? b) De que maneira é feita a prestação de contas? c) Você tem ideia dos custos financeiros? d) Os recursos financeiros são suficientes?

A pesquisa de campo nos mostra que no caso do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD não havia transparência na gestão de recursos, não sendo apresentado sequer um demonstrativo financeiro aos agricultores e parceiros institucionais. O mesmo desconhecimento ocorria entre os representantes de instituições parceiras e até mesmo entre os membros da Equipe Local.

No caso do Projeto DLIS, também não havia transparência na gestão de recursos, especialmente na aplicação dos recursos financeiros. Agricultores, representantes de instituições parceiras, membros do Fórum de DLIS, e até mesmo representantes do escritório local do SEBRAE em Igarapé-Açu, disseram desconhecer a movimentação financeira do projeto.

Também no caso do projeto coordenado pela UFRA não há, para com os agricultores, transparência na demonstração de receitas e despesas. A totalidade dos agricultores entrevistados disse que desconhece a prestação de contas dos recursos gastos no processo, o mesmo ocorrendo com os parceiros.

Somente os membros da Equipe Local têm conhecimento das receitas e despesas decorrentes do projeto. Até porque são eles que têm a gerência dos recursos gastos. Fato que os diferencia das outras duas experiências que estamos examinando.

Com base nessas constatações elaboramos o quadro seguinte que nos mostra o perfil dessas experiências em desenvolvimento local no que diz respeito à transparência na aplicação de recursos públicos. O quadro expressa a leitura dos agricultores familiares acerca da gestão financeira dessas experiências.

| PROJETO | QUEM FINANCIAVA AS AÇÕES DO PROJETO? | DE QUE MANEIRA ERA FEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS? | VOCÊ TEM IDEIA DOS CUSTOS FINANCEIROS? | OS RECURSOS FINANCEIROS ERAM SUFICIENTES? |
|----------------|---|--|---|--|
| BNDES/PNUD | Não informado | Não informado | Não informado | Não informado |
| DLIS | Não informado | Não informado | Não informado | Não informado |
| UFRA | Não informado | Não informado | Não informado | Não informado |

Quadro 02: Agricultores Familiares que têm conhecimento sobre a gestão financeira do Projeto no qual estavam envolvidos. Igarapé-Açu – Pará – 2004.

Fonte: dados de campo

Conforme vemos, no item transparência na aplicação de recursos, as experiências têm um ponto fundamental em comum: nenhuma delas revelou-se transparente junto aos agricultores familiares. Isto poderia justificar a ocorrência de desconfianças, perda de credibilidade e comprometer a construção do sentimento de pertencimento, aspecto importante para o exercício da participação ativa e consciente, conforme iremos demonstrar na próxima seção.

5.1.3 Sentimento de pertencimento

Partimos do pressuposto de que a conquista do direito de participar de forma plena e emancipadora implica na construção do sentimento de pertencimento ao processo no qual se está envolvido. Na medida em que o processo é concebido como uma construção coletiva e partilhada, criam-se condições necessárias para que haja maior identidade com a experiência em execução, o que facilita sua apropriação pelos sujeitos envolvidos.

Compreendemos o sentimento de pertencimento como elemento importante para a construção da autopromoção, uma vez que alimenta a motivação necessária para que haja uma participação orientada na defesa de questões identificadas como de interesse individual e coletivo. Neste Sentido, Demo (2001) destaca que a identificação cultural é a motivação mais imediata para a participação. Salienta, porém, que:

(...) A comunidade somente reconhecerá como seu aquele projeto que, mesmo tendo vindo de fora, é capaz de revestir-se de traços culturais do grupo. É preciso encontrar o eco reconhecido de algo que é seu, de algo que se encaixa na história vivida, de algo que aparece nas determinações do dia-a dia (DEMO, 2001, p.58).

Nos casos em estudo, buscamos perceber o sentimento de pertencimento que os agricultores têm sobre os projetos examinados, avaliando o processo de apropriação dos sujeitos envolvidos. Com isto queremos demonstrar em que medida os agricultores percebem as experiências em desenvolvimento local, como uma proposta que também lhes pertence e com a qual têm alguma identidade.

Para investigarmos em que medida os agricultores familiares estão propensos a se apropriar dos projetos aplicamos quatro questões que julgamos poder responder ao nosso questionamento: a) Quem solicitou a implantação dos projetos? b) Quem liderou as ações? c) A quem pertence a experiência? d) De que forma você participa do processo?

Esperamos que a análise dessas informações possa nos revelar a percepção dos agricultores, no que concerne ao sentimento de pertencimento que eles têm pelos projetos em que estiveram envolvidos.

No caso do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD os agricultores entendem que o projeto não lhes pertencia. Essa mesma percepção era compartilhada pelos parceiros e os membros da Equipe Local. Na opinião de alguns

informantes o projeto pertencia à consultora contratada para implantá-lo em Igarapé-Açu. Outros disseram que pertenceria à Prefeitura, ao PNUD, ao BNDES.

Talvez isso se deva ao fato de que todos os entrevistados, entre membros da Equipe Local, representantes de instituições parceiras e agricultores familiares, não se percebiam como lideranças do processo. A liderança foi atribuída a outrem, freqüentemente à consultora do projeto.

O projeto não é visto como uma proposta socialmente construída e demandada pelos sujeitos locais, mas como algo importado, atendendo aos interesses de pessoas ou instituições externas. Dessa maneira, desconhecem quem solicitou a implantação dos projetos.

Acreditamos que essa falta de sentimento de pertencimento deva-se, em certa medida, ao fato de que somente a coordenadora da entidade representante dos agricultores declarou que, de alguma forma, participou do processo nos fazendo sugerir que as ações eram realizadas basicamente com lideranças locais faltando melhor envolvimento da base social.

No caso do Projeto DLIS, o representante dos agricultores, embora reconheça sua liderança na execução do processo, não percebe o mesmo como obra que lhe pertence. Assim como a maioria dos entrevistados, disse que o projeto era do governo Federal e que originalmente não foi solicitado pelos agricultores familiares, o que nos mostra que também não foi uma demanda socialmente construída pelos sujeitos locais.

Observamos que, entre os entrevistados, o pertencimento do processo em geral é sempre atribuído a outros co-participantes, quer sejam eles o Governo Federal, o Sebrae, o Governo Estadual, a Prefeitura.

No caso do projeto coordenado pela UFRA, o sentimento de pertencimento já aponta sinais de que os agricultores estão se apropriando do processo. Embora não tenha sido por eles solicitado, metade dos entrevistados disse que o processo pertence às comunidades envolvidas, juntamente com a UFRA. Os parceiros, e também os membros da Equipe Local,

comungam da ideia de que a experiência é uma iniciativa pertencente à população local, em parceria com a UFRA.

Porém, somente um dos entrevistados relatou que a comunidade lidera as ações. Os demais disseram que a liderança do processo é exercida pela UFRA, refletindo que a apropriação é um processo lento, conforme salientou um dos agricultores.

Esperamos com esse exame perceber, dentre as diferentes experiências, aquela que teve melhor desempenho com relação à possibilidade dos agricultores familiares virem a se apropriar do processo de desenvolvimento local.

Podemos perceber que nenhuma das experiências foi implantada a partir de demandas dos próprios agricultores. No caso do projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, os agricultores não se percebiam lideranças do processo e não tinham pela proposta um sentimento de pertencimento. Somente a representante da ASSOPEP julgava-se participante do processo. Talvez isso explique o fato de somente essa informante ter sido capaz de relatar algo a respeito do referido projeto.

No caso do Projeto DLIS, verificamos que apenas um agricultor se colocava na condição de liderança do processo e dele se julgava participante, porém revelou não ter pelo mesmo um sentimento de pertencimento. Ou seja, o agricultor atuava em um processo que não reconhecia como seu, mas sim do Governo Federal.

No caso do projeto coordenado pela UFRA percebemos uma tendência à apropriação do processo pelos agricultores. Todos se julgaram participantes e metade deles acredita que o projeto também lhes pertence. Destaca-se que um dos entrevistados se identificou como liderança do processo.

Com essa demonstração percebemos que o projeto de desenvolvimento local estimulado pela UFRA reuniu as melhores condições para que os agricultores se apropriassem

do processo e dessa maneira pudessem participar de forma ativa e emancipadora conquistando sua autopromoção.

Outro elemento que poderá ser revelador das condições necessárias para alcançar a autopromoção dos agricultores familiares é a capacitação, elemento este que iremos melhor examinar na próxima seção deste trabalho.

5.1.4 - Capacitação

Para o fim a que nos propomos neste trabalho chamamos de capacitação ao processo pedagógico destinado a instrumentalizar os agricultores familiares para a construção do desenvolvimento sustentável, considerando que essa instrumentalização deverá ter uma abordagem política, social, econômica, ambiental e cultural.

Segundo Goni (1998) o ato de capacitar é o mesmo de educar porque procura produzir mudanças nas estruturas cognitivas e nos comportamentos, isto é, busca a aprendizagem. Além disso, envolve uma proposta de referencial ético, uma visão do mundo, do homem e da sociedade. Com isto vemos que a capacitação fortalece o protagonismo dos sujeitos, instrumentalizando-os para a gestão compartilhada do processo de desenvolvimento.

Neste sentido Albuquerque (2004) destacou a necessidade de melhor qualificação técnica e política para que haja participação efetiva, especialmente quando se espera que estes tenham uma atuação ativa no processo de desenvolvimento local, conforme defendem as propostas que estamos examinando.

Demo (2001, p. 52) salienta que “a função insubstituível da educação é de ordem política, como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo. Se um País cresce sem educação, não se desenvolve sem educação”.

Com esse argumento temos reafirmada a idéia de que a educação é fator fundamental para a realização de propostas em desenvolvimento local, pois possibilita a instrumentalização necessária para a autopromoção dos sujeitos envolvidos e para a conquista de seu direito à participação plena.

A esse respeito Demo (2001, p. 53) nos mostra que “educação que não leva à participação já nisto é deseducação, porque consagra estruturas impositivas e imperialistas, transformando o educador manipulador em figura central do fenômeno, em vez de elevar o educando a centro de referência”. Entendemos que educação, neste sentido, assume o caráter de instrumentalização para a ação.

Observamos que a concepção de Ambiente – Oficina, tão amplamente defendida nos projetos de desenvolvimento, reafirma essa perspectiva mostrando que cada momento de interação entre os sujeitos pode ser visto como um momento de aprendizagem, de concertação das estruturas sociais, de preparação para atuar na realidade local e transformá-la sob os princípios da sustentabilidade.

Pudemos ver no Capítulo anterior que, de modo geral, as experiências em desenvolvimento local investiram na capacitação dos sujeitos envolvidos, empregando como metodologia a criação de Ambientes-Oficinas.

Dentre os espaços de capacitação criados pelo Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, destacamos: reuniões de sensibilização e de mobilização; eventos para construção da visão de futuro e realização de Diagnóstico das comunidades; eventos de integração entre as organizações e entre os municípios envolvidos; realização de seminário de nivelamento conceitual para os jovens; mobilização e sensibilização de associações e cooperativas ligadas ao setor produtivo; realização de Seminários-Oficinas destinados a técnicos e produtores a fim de discutir as cadeias produtivas

da mandioca e do maracujá; capacitação de Agentes Comunitários de Saúde para trabalhar questões Ambientais; capacitação para a construção da Agenda 21 Local.

O projeto DLIS realizou as seguintes atividades de capacitação: Oficinas de sensibilização; cursos Liderar, Líder Cidadão e Saber Empreender, destinados aos membros do Fórum de DLIS, engajados no processo.

No que se refere à capacitação, o projeto coordenado pela UFRA realizou as seguintes ações: Oficinas de sensibilização, Oficinas sobre desenvolvimento local, Oficina sobre visão de futuro, Oficina sobre Técnicas de Dinâmicas de Grupo.

As três experiências tinham nas suas atividades práticas os espaços privilegiados para a criação de Ambientes-Oficinas. Os projetos tinham a expectativa de que os participantes poderiam aumentar seus conhecimentos no debate teórico e no exercício de práticas exigidas ao longo das diversas etapas de execução. Nessa perspectiva Goni (1998, p. 8) destaca que “a educação, para ser um processo capacitador, além de buscar a aprendizagem com um referencial de valores, necessita voltar-se para o trabalho e para a prática social”

Comparando as três experiências em desenvolvimento local, podemos observar que estas se propuseram a adotar formas de capacitação participativas, compreendidas como “um processo no qual a cooperação cumpre um papel central” (GONI, 1998, p. 20). Nesse tipo de capacitação:

O fundamental é a possibilidade real de tomar decisões importantes. Participar é tomar parte. A verdadeira participação permite que todos os que estão integrados num processo possam tomar decisões, não apenas sobre questões secundárias mas também sobre as importantes: O que produzir? Para quem produzir? Que alianças estabelecer? Que objetivos e conteúdos determinar para um Programa de Capacitação?, etc. Participar não é decidir a cor da camiseta da equipe mas decidir quem será o técnico e o capitão, qual será a estratégia do jogo. Não há participação sem tomada de decisões” (GONI, 1998, p. 20).

Com base nessa perspectiva onde a capacitação deveria fortalecer o protagonismo dos participantes, tomamos como indicador de capacitação a possibilidade real dos agricultores familiares tomarem decisões nas experiências em desenvolvimento local nas quais estavam inseridos.

Conforme pudemos observar no exame das três propostas, essa possibilidade faz parte de um processo que deveria ocorrer gradativamente na medida em que se fortalecesse o fenômeno do empoderamento. Considera-se empoderamento “a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas” (FRANCO, 2001, p. 158).

Para o exame desse indicador recorreremos a dois grupos de perguntas que julgamos poder nos mostrar em que medida os agricultores estavam influenciando nas decisões dos projetos de desenvolvimento local, ou seja, em que medida as experiências foram, elas próprias, um Ambiente-Oficina para o melhoramento da capacidade de influência dos agricultores nas decisões de interesse coletivo.

Com as perguntas do Grupo 01 buscamos perceber se os agricultores se reconheciam como protagonistas do processo e, naquelas do Grupo 02, para verificarmos se tinham conhecimento acerca das ações, o que lhes daria a possibilidade de tomar decisões de forma fundamentada, ou seja, lhes propiciaria o entendimento necessário para que pudessem tomar decisões e assumir o protagonismo dos processos. Assim, temos o seguinte quadro de perguntas com as quais esperamos examinar a possibilidade dos agricultores familiares influírem nas decisões relacionadas aos projetos de desenvolvimento local:

| GRUPO 01 | GRUPO 02 |
|---|--|
| Quem deveria estar à frente do processo? | Quais as principais ações elaboradas? |
| Quem elaborava as ações do projeto? | |
| Quem executava as ações do projeto? | Quais as principais ações executadas? |
| Quem avaliava as ações? | De que forma eram feitas as avaliações? |

Com base nesses dois grupos de questionamentos passamos a examinar o processo de capacitação dos agricultores familiares, compreendendo que essa ação pedagógica é um dos fatores que concorre para sua autopromoção, pois lhes permite o empoderamento necessário para que sejam protagonistas de suas histórias.

Conforme vimos anteriormente, apenas a representante da ASSOPEP fez declarações acerca do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD. Com referência aos questionamentos acima descritos a informante prestou os seguintes esclarecimentos: Deveria estar à frente do processo a comunidade local. Porém, as ações do projeto eram elaboradas pela consultoria técnica do mesmo.

Quanto às principais ações elaboradas, disse apenas que eram superficiais, ou seja, não atingiam as questões mais profundas que dizem respeito ao desenvolvimento da localidade. A informante disse não ter percebido quem, de fato, executava as ações do projeto.

Para a entrevistada as principais ações elaboradas eram apenas atividades pontuais como palestras, diagnósticos e outras que julgou serem de cunho paliativo, como, por exemplo, coletar amostra de solo para fazer análise. Essas ações eram avaliadas pela Equipe Local e, por essa razão, não percebeu de que forma se avaliava o projeto.

No caso do Projeto DLIS, vimos que apenas o representante da Associação Novo Brasil mantinha relações mais diretas com o projeto. O depoimento desse informante revelou as seguintes informações:

À frente do projeto deveria estar a comunidade local, mas isto não ocorria. As ações eram elaboradas pela Consultoria Técnica do mesmo. A esse respeito, o informante declarou: “A ‘menina’ (Consultora) trazia tudo pronto. Todo dia ela trazia tudo pronto. Mas ela era só uma intermediária.” Ressaltou que o centro de decisões do projeto ficava na sede do Sebrae, em Belém, de onde emanavam todas as determinações.

A principal ação elaborada pelo projeto foi o Diagnóstico da realidade local. As ações eram executadas pelas comunidades e entidades urbanas e rurais.

Quanto à avaliação do projeto, segundo o informante, era feita pela consultoria do mesmo, da seguinte maneira: a consultora anotava tudo o que ocorria, provavelmente avaliava, mas não dava retorno aos parceiros.

Com referência ao projeto de desenvolvimento local estimulado pela UFRA, as opiniões revelaram o seguinte quadro: todos os entrevistados disseram que os moradores da localidade de Livramento deveriam estar à frente do processo, juntamente com as instituições parceiras: UFRA, Prefeitura e outras; Porém, não se viram como elaboradores das ações, mérito que atribuíram à UFRA e à Equipe Local.

Somente um dos entrevistados soube informar a respeito das principais ações elaboradas pelo projeto, citando: a motivação social e incentivo à produção agrícola.

Para metade dos entrevistados as ações estão sendo executadas com a participação da comunidade. Um dos entrevistados disse que quem executa as ações é o pessoal da UFRA e, outro não soube responder.

Dos quatro agricultores entrevistados três disseram que as principais ações executadas foram: Diagnóstico da localidade; levantamento da visão de futuro; incentivo à produção agrícola; e o estímulo à organização dos moradores, objetivando: reforma da escola, melhoria dos sistemas de iluminação pública, telefonia pública e abastecimento de água. Um dos entrevistados não soube responder.

Para metade dos entrevistados, as avaliações do processo são feitas com a participação da comunidade através de debates onde se verifica o que está dando certo ou errado. Os demais, disseram que desconheciam ou que não havia avaliação.

O quadro abaixo faz uma síntese das percepções dos agricultores envolvidos nas três experiências examinadas. Nele podemos observar, de forma comparativa, a ocorrência de

algumas condições, que julgamos necessárias, para que os agricultores exercitem seu direito de participar na qualidade de protagonistas dos processos de desenvolvimento local. Uma dessas condições é o conhecimento e compreensão da proposta, para que os agricultores pudessem ter capacidade de decisão, dentro de uma perspectiva de participação que contribua para sua autopromoção, ou seja, para o seu empoderamento pessoal.

| QUESTIONAMENTO | OPINIÃO DOS AGRICULTORES REFERENTE A CADA PROJETO | | |
|--|---|--|--|
| | BNDES/PNUD | DLIS | UFRA |
| Quem deveria estar à frente do processo? | Comunidade local | Comunidade local | Comunidade local e parceiros |
| Quem elaborava as ações do projeto? | Consultoria Técnica | Consultoria Técnica | UFRA e Equipe Local |
| Quais as principais ações elaboradas? | Não informado | Diagnóstico | Motivação social e incentivo à produção agrícola |
| Quem executava as ações do projeto? | Não informado | Comunidades urbanas e rurais | Comunidade, parceiros e o pessoal da UFRA |
| Quais as principais ações executadas? | Palestras, diagnósticos e outras de cunho paliativo | Diagnóstico | Construção da visão de futuro, incentivo à produção agrícola, estímulo à organização |
| Quem avaliava as ações? | Equipe Local | A Consultoria Técnica | Coordenadores, parceiros e comunidade |
| De que forma eram feitas as avaliações? | Não informado | Consultoria anotava tudo o que ocorria | Através de debates |

Quadro 03: Demonstrativo do conhecimento e compreensão das propostas de desenvolvimento local. Igarapé-Açu - Pará - 2004

Fonte: dados de campo

O quadro acima nos aponta que, em todos os projetos, os agricultores reivindicam o direito de ser protagonistas dos processos, mostrando que a comunidade deveria estar à frente dos mesmos, mas não se reconhecem como protagonistas na elaboração das propostas.

No caso do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD essa falta de protagonismo é reafirmada pelo desconhecimento da representante dos

agricultores, das ações que o projeto elaborou. Já no caso do Projeto DLIS e do Processo de desenvolvimento local estimulado pela UFRA, os agricultores elencaram algumas ações elaboradas, mostrando que conheciam sua existência, o que nos leva a entender que dessa maneira haveria a possibilidade de nelas intervir.

A representante da Associação ASSOPEP declarou que não se reconhecia como participante da execução do projeto. Apesar de ter participado de vários eventos a execução do projeto ficava a cargo da Equipe Local.

De maneira diferente, o representante da Associação Novo Brasil e a representante da localidade de Livramento se incluíram na qualidade de executores do projeto demonstrando se reconhecerem como protagonistas do processo.

Todos os entrevistados assinalaram algumas ações que foram executadas revelando conhecimento acerca do andamento dos projetos, na sua fase de execução. Ou seja, embora não se vejam como elaboradores, reconhecem ter participado na execução das ações.

Quanto à avaliação periódica dos projetos, tanto no Projeto BNDES – Cooperação Técnica do PNUD, como no Projeto DLIS, os agricultores não reconhecem ter participado desse importante momento de reflexão. Nos dois casos, a avaliação era feita pelo corpo técnico sem a presença dos agricultores. Confirmamos esse posicionamento verificando que os agricultores desconheciam a forma como era feita a avaliação.

No caso do projeto coordenado pela UFRA, metade dos entrevistados disse que participava da avaliação do processo. Mostraram que a avaliação era feita através de debates com a presença de todos os participantes.

A partir desse ponto, acreditamos ter os elementos necessários para avaliarmos a participação dos agricultores familiares nos projetos de desenvolvimento local sustentável, compreendendo o fenômeno da participação como ato de conquista que deve possibilitar a

emancipação e autopromoção desses sujeitos a fim de que se tornem protagonistas de suas próprias histórias.

5.2 DESEMPENHO DAS EXPERIÊNCIAS EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

Conforme demonstrado no capítulo anterior, para avaliarmos a participação dos agricultores familiares nos projetos de desenvolvimento local sustentável, dentro do conceito de participação adotado neste trabalho, recorreremos ao histórico de cada projeto estudado e consideramos como referência de desempenho as seguintes variáveis qualitativas: a) socialização e compreensão das propostas; b) transparência na aplicação dos recursos; c) sentimento de pertencimento; d) capacitação.

Propomos que o exercício dessas quatro variáveis resulta na efetivação de um processo de desenvolvimento participativo considerando que este exige não somente a socialização de uma proposta a ser realizada, mas também sua plena compreensão entre os partícipes; exige transparência, não somente no conteúdo proposto, mas também na gestão, especialmente financeira, a fim de reforçar os laços de confiança e capacitar para o exercício da gestão participativa; exige sentimento de pertencimento, visto que não há participação plena sem que haja uma identidade com o processo em construção; mas, para que tudo isso ocorra, é preciso investir num processo de capacitação que eduque para o empoderamento e estimule o protagonismo dos sujeitos participantes.

Com intuito de melhor compararmos o desempenho dos projetos examinados, atribuímos a essas variáveis os seguintes escores de avaliação: EXCELENTE = 3; BOM = 2; RUIM = 1; SEM DESEMPENHO = 0. Essa pontuação será obtida com base na análise qualitativa demonstrada anteriormente nesta dissertação. Consideramos excelente e atribuímos nota 03 à variável que, dentro de um determinado projeto, tiver sido exercitada

com a participação plena de todos os agricultores envolvidos no processo. Consideramos bom, e atribuímos nota 02, à variável que, dentro de um determinado projeto, tiver sido exercitada com a participação da maioria absoluta dos agricultores envolvidos no processo. Consideramos ruim, e atribuiremos nota 01, à variável que, dentro de um determinado projeto, tiver sido exercitada com a participação da maioria simples dos agricultores envolvidos no processo. Finalmente consideramos sem desempenho e atribuiremos nota 0, à variável que, dentro de um determinado projeto, tiver sido exercitada sem a participação dos agricultores envolvidos.

Conforme mencionado anteriormente o objetivo deste trabalho é avaliar a participação dos agricultores familiares em projetos de desenvolvimento local sustentável. Essas notas parciais nos darão um conceito geral a partir da seguinte somatória: a) se o projeto alcançar até 4 pontos, seu conceito terá sido ruim; b) se alcançar uma pontuação entre 5 a 8 pontos terá um conceito bom; c) se alcançar acima de 9 pontos fará jus a um conceito excelente. Assim, com base no levantamento demonstrado nas seções anteriores, temos a composição do seguinte quadro:

| VARIÁVEL | BNDES/PNUD | DLIS | UFRA |
|---|-------------------|-------------|-------------|
| Socialização e compreensão da proposta | 1 | 1 | 2 |
| Transparência na aplicação de recursos | 0 | 0 | 0 |
| Sentimento de pertencimento | 1 | 1 | 2 |
| Capacitação | 1 | 1 | 2 |
| S O M A | 3 | 3 | 6 |
| CONCEITO | RUIM | RUIM | BOM |

Quadro 04: Desempenho dos projetos desenvolvimento local quanto a participação de agricultores familiares. Igarapé-Açu - Pará - 2004.

Fonte: pesquisa de campo.

Os números acima confirmam a tendência já apontada no exame que procedemos para cada caso que estamos avaliando. Vemos que os projetos BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD e o projeto DLIS tiveram um desempenho ruim quanto às suas contribuições para a participação dos agricultores familiares. Além dos fatores relacionados à avaliação das variáveis que examinamos, a dificuldade de comunicação com os agricultores contribuiu para o mal desempenho dessas duas experiências.

Conforme vimos, no caso do projeto DLIS não havia comunicação aos agricultores daquilo que o representante da Associação Comunitária Novo Brasil realizava no Fórum de DLIS. Com exceção desse representante, os demais agricultores desconheciam completamente o Projeto DLIS.

No caso do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, havia uma relação mais estreita entre o projeto, a representante da entidade ASSOPEP, e os agricultores dela associados, o que facilitava o fluxo de informação. Neste caso pudemos verificar a realização de reuniões de sensibilização junto aos agricultores, bem como reuniões de cunho deliberativo. O projeto realizou atividades como, por exemplo, coleta de amostra de material para análise de solo, o que demonstra uma atuação mais direta junto aos beneficiários. Porém, a representante deste no projeto, disse que a consultora usava uma linguagem tecnicista que dificultava a compreensão dos agricultores. Por outro lado, os membros da Equipe Local não demonstravam segurança e o conhecimento necessário para animar o processo, caindo no descrédito dos agricultores.

Essa situação de descrédito foi também sentida pelos próprios membros da Equipe Local. Um deles relatou que a falta de credibilidade se dava pelo fato de que o projeto gerou muitas expectativas, que não cumpriu.

Portanto nesse caso, havia um fluxo maior de comunicação se comparado ao projeto DLIS, mas não era suficiente para estreitar os laços entre o projeto e os agricultores, talvez por essa razão estes sequer soubessem prestar informações acerca do projeto.

Embora a pesquisa tenha apontado a forte presença de alguns representantes dos agricultores familiares nas reuniões dos projetos, a participação foi pouco significativa quando se considera as entidades e comunidades na sua totalidade.

Os projetos foram desenvolvidos com base na democracia representativa e com pouco investimento na inter-relação entre representantes e seus representados, comprometendo o processo de construção de valores e conhecimentos.

A esse respeito Goni (1998, p. 31) destaca que “[...] o que mais facilitará a aprendizagem dos produtores será a capacidade de se estabelecer um bom processo de comunicação (interação, relação social, diálogo, encontro) entre todos os que estão envolvidos no processo: capacitadores e participantes”. Nesses dois casos, verificamos indícios de quebra no fluxo de comunicação, a ponto de dificultar a participação dos agricultores.

No caso do Projeto coordenado pela UFRA a relação é mais direta junto aos membros da localidade de Livramento. As decisões sobre as atividades práticas são tomadas na própria localidade em conjunto com os moradores participantes. Neste caso, gradativamente os agricultores vem assumindo o controle do processo, mobilizando-se para as reuniões, contribuindo com o apoio logístico e executando as resoluções definidas nos encontros. Isto poderá está consolidando um tipo de participação que se fundamenta na democracia participativa, um fenômeno social que “pressupõe o fortalecimento dos grupos de interesse organizados (movimentos sociais, associações, ONGs, etc.), através da participação social, no processo de elaboração e implementação de políticas públicas” (SILVA, 2004, p 61).

Embora consideremos o bom desempenho do processo de desenvolvimento local estimulado pela UFRA, em relação às outras duas experiências que examinamos, registramos

a repetição de fatores que debilitam o processo de conquista da autopromoção, como por exemplo, a falta de transparência na aplicação de recursos.

De modo geral as experiências em desenvolvimento implantadas em Igarapé-Açu têm o mérito de ter contribuído para a discussão do desenvolvimento numa perspectiva voltada para a sustentabilidade local.

Com esse intuito chegaram a mobilizar parcela significativa da sociedade municipal e regional, na busca por caminhos alternativos ao modelo socialmente excludente e ambientalmente predatório possibilitando o exercício ardoroso, conflitante, e às vezes contraditório, da construção de um futuro mais sustentável.

6. CONCLUSÃO

Para estudar a participação de agricultores familiares em projetos de desenvolvimento local sustentável focamos nossas atenções para as contribuições que as experiências avaliadas deram ao processo de conquista da autopromoção desse segmento social, a fim de que pudessem assumir o papel de protagonistas de suas próprias histórias.

Buscamos perceber isto analisando o papel que essas experiências desempenharam no estímulo à uma participação consciente e transparente onde os sujeitos se sintam parte e estejam sendo capacitados para a gestão participativa.

Levantamos a hipótese de os casos examinados não contribuíram para a autopromoção dos agricultores familiares. Vimos, porém, no Capítulo III que, do ponto de vista teórico, as três experiências buscaram investir na autopromoção de seu público alvo. Conforme examinado no mesmo capítulo, vários fatores dificultaram a realização prática desse objetivo, resultando em um desempenho ruim, no caso do Projeto BNDES – Cooperação Técnica do PNUD e do Projeto DLIS. Ressalta-se que, apesar disso, essas experiências deixaram contribuições importantes para o desenvolvimento local que no futuro poderão ser mais bem avaliadas.

Observamos que embora os projetos tivessem, do ponto de vista teórico, a intenção de estimular a participação ativa dos agricultores familiares, na prática isso somente se confirmou no caso estimulado pela UFRA onde as relações sociais ocorrem de forma mais horizontalizadas havendo maior envolvimento e compromisso dos agricultores e demais parceiros.

Apesar dos Projetos BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD e DLIS não terem sido dados como devidamente concluídos, observamos algumas tendências

que nos permitem avaliar suas trajetórias e suas contribuições para a autopromoção dos agricultores familiares.

A participação que leva à autopromoção, amplamente debatida ao longo deste trabalho, é um conceito diferente da participação instrumental que tem por objetivo apenas “legitimar” um determinado processo com a finalidade de cumprir exigências burocráticas como, por exemplo, a elaboração de relatórios para fim de justificar gastos financeiros. Esse tipo de participação não contribui para a emancipação dos excluídos, pois reafirma a dominação, controla, imobiliza e não tem sustentabilidade.

A centralização do poder nas mãos de consultores e coordenadores encarregados de implantar os projetos comprometeu o protagonismo de seus participantes e reafirmou a cultura centralista muito bem absorvida pelas lideranças dos agricultores que não socializavam as poucas informações que dispunham às suas entidades de origem; a falta de transparência na aplicação dos recursos gerou desconfianças e desestímulo, comprometendo o exercício da gestão participativa; as experiências não foram capazes de gerar sentimento de pertencimento coletivo, prejudicando o esperado caráter de doação e a possibilidade de se investir em algo teoricamente pertencente aos sujeitos envolvidos e voltado para o atendimento de seus interesses.

Coordenadores e consultores dos projetos que avaliamos apontaram alguns fatores, supostamente causadores dos insucessos, como por exemplo: o pouco tempo de execução dos projetos; a cultura clientelista; a centralização do poder; o descrédito das propostas; a falta de compromisso entre os parceiros; o imediatismo dos beneficiários.

Embora reconheçamos a pertinência desses fatores, com exceção do pouco tempo de execução dos projetos, as demais dificuldades fazem parte do rol de questões que os projetos de desenvolvimento local se propunham a enfrentar. Portanto, são suas próprias razões de

existir. Deveriam ser elementos alvo do processo de concertação. Se esses problemas não existissem talvez não houvesse motivo para a implantação de projetos dessa natureza.

Os fatores apontados como causas do insucesso das experiências se tornaram extremamente devastadores e comprometeram as propostas, no momento em que os próprios projetos começaram a reafirmá-los e reproduzi-los no seu fazer cotidiano, conforme vimos no exame das experiências em desenvolvimento local em Igarapé-Açu.

A extinção prematura dos projetos BNDES-PNUD e DLIS e o pouco tempo de atuação do projeto estimulado pela UFRA não nos permitem melhor avaliar seus desdobramentos. Por isso, o que pudemos perceber foram apenas tendências e não dados conclusivos, com relação às suas contribuições para a autopromoção dos agricultores familiares.

Não podemos deixar de considerar o fato de essas experiências terem sido muito frágeis e de curta duração, ou terem uma atuação muito reduzida até mesmo dentro do cronograma de suas propostas.

O tempo necessário para que os resultados sociais pudessem ser percebidos são tempos históricos, ou seja, depende das transformações históricas e culturais de determinada realidade, portanto, não dá para se medir essas transformações tendo por base apenas o aspecto cronológico. As transformações implicariam em mudanças de concepções, de práticas, de valores. Isso significa mudanças na história e na cultura de um povo. Por essas razões, nos detemos apenas nas tendências apresentadas.

Uma tendência que podemos chamar de favorável à autopromoção dos agricultores familiares encontramos no caso do projeto de desenvolvimento estimulado pela UFRA.

Essa experiência tem contribuído para o protagonismo dos agricultores familiares em ações concretas para melhoria da comunidade de Livramento como, por exemplo: reforma da

escola municipal; ampliação do sistema de abastecimento de água; melhoramento do sistema de iluminação pública.

Apesar de essas conquistas terem ocorrido em ano eleitoral de 2004, podendo ser interpretadas como atos eleitoreiros, os moradores de Livramento levantam a voz reafirmando que, se algo de bom ocorreu na sua localidade foi em função da luta organizada e não da benevolência de políticos oportunistas.

Entendemos nessa manifestação que estão reivindicando para si o reconhecimento pelas conquistas alcançadas, o que pode estar se configurando na vivência concreta de um processo de conquista do direito de participar.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (AED). **Uma história do DLIS**. Disponível em: < <http://www.dlis.org.br//index.php>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2005.
- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo et al. Participação cidadã nas políticas públicas. In: HERMANNNS Klaus. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- ARNS, Paulo César. **Ambiente-Oficina de Capacitação Organizacional: Guia Metodológico**. Série Cadernos Metodológicos. Recife, PE: Projeto Banco do Nordeste, 1998.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar de Língua Portuguesa**. 10. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. **Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. 1990, Campinas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campinas, 1990.
- _____ Projetos de Colonização: as grandes questões. In: BRASIL. Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental**. Brasília: IBAMA, 1994. p. 43 – 7.
- DA MATA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23 – 36.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da Ciência**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1985.
- _____ **Avaliação qualitativa**. 6. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso tempo).
- _____ **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (coleção Primeiros Passos).
- FRANCO, Augusto de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, Caio Marcio; REIS Liliane da Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro, 2001. p. 153 – 162.
- FREITAS, Aluizio Moraes de. **Memórias de Igarapé-Açu: Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu**. Igarapé-Açu, Pará, 1986.

FERNANDES, Francisco, et. al. **Dicionário Brasileiro Globo**. 45. ed. São Paulo: Globo, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthoni. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONI, Arturo Jordán. **O que é a Metodologia Gespar**. Programa de capacitação em apoio à implementação de projetos associativistas de produtores rurais – Projeto BNB/PNUD/ABC – BRA 93/012, Recife, PE, 1995. (Série Cadernos Metodológicos, n° 01).

GONI, Arturo Jordan, et. Al. **O que entendemos por capacitação? Fundamentos e Considerações para a Prática**. Projeto Banco do Nordeste/PNUD, Recife, PE, 1998. (Série Cadernos Técnicos n° 03).

JOFILSAN, Pedro Tavares. **Capacitando para o desenvolvimento empresarial**. Projeto Banco do Nordeste/PNUD, Recife, PE, 1998. (Série Cadernos Temáticos n° 02).

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. BRASIL: MAARA/EMBRAPA/CNPMA, Brasília, 1994.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KRÜGER, Hans. Zoneamento participativo. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Planejando o desenvolvimento local; conceitos, metodologias e experiências: PRORENDA RURAL**, Belém, PA, 2002. p 87 - 102.

KÜSTER, Ângela. Experiências de participação na gestão do governo do Estado do Ceará 1995 – 1998. In: HERMANNNS Klaus. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

NERY, Neyde. A importância do Animador no processo de desenvolvimento local. In: BRASIL. **Programa de Formação de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável**. Brasília: CONTAG/Mtb/Sefor/Codefat, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia. Volume 39, n° 01, São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PASSOS, Elisângela Araújo dos. **Tradição e participação:** um estudo de caso da comunidade do Caruaru - Ilha do Mosqueiro. 2004, Belém. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2004.

PINHEIRO, Sérgio L. G. **O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E):** novos rumos para a agricultura ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? In: II Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Londrina, 1995. Anais. Londrina: SBS/IAPAR, 1995. p. 21 – 23.

_____ **O Enfoque Sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável:** uma oportunidade de mudança de abordagem *Hard-Systems* para experiências com *Soft-Systems*. Revista Agoecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, V 1, n. 2 abr/jun. 2000.

PROJETO BRA/98/017 – ADENE/PNUD. **Planejamento Participativo em Desenvolvimento Local Sustentável.** Recife: Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002. (Cadernos 01 e 02).

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. Tradução: Luís Alberto Monjardim – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; 260 p.

REDE DLIS. **Capacitação e gestão do desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>> Acesso em: 21 de janeiro de 2004.

SANTANA, Antonio Cordeiro de et. al. **A Cadeia Produtiva da mandioca no Pará:** análise de mercado e ações para políticas. Belém, Pará: SAGRI/FCAP, 1998. (mimeo)

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1995.

SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. **A participação:** o dilema entre o localismo e o globalismo. In: Colóquio Participação e Governo. Belém, 2002. Anais. Belém, UFPA/CA/NEAF, 2002.

SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão pública e transformação social no Brasil. In: HERMANNNS Klaus. **Participação cidadã:** novos conceitos e metodologias. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Participação popular no planejamento urbano e na gestão orçamentária municipal no Brasil: um balanço e algumas questões. In: HERMANNNS Klaus. **Participação cidadã:** novos conceitos e metodologias. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 5. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

TRUSEN, Christoph. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Uma Introdução Conceitual e Metodológica. In: PRORENDA RURAL. **Planejando o desenvolvimento local; conceitos, metodologias e experiências.** GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, PA, 2002. p. 13 - 28.

TURNERS, Valério. Metodologia Participativa para a construção do desenvolvimento local sustentável. In: CONTAG. **Desenvolvimento Local Sustentável baseado na agricultura familiar.** Brasília, 1997. p. 22 – 33.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Pro-UFRA: Força que transforma.** Belém:UFRA, 2003.

_____ **Grupo de Planejamento Estratégico: pensando o presente e o futuro da UFRA.** Belém: UFRA, 2003.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 37 – 46.

ZAPATA, Tânia et al. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento.** Recife, PE: Projeto de Cooperação Técnica BNDES/PNUD, 2000.

_____ (Coordenadora). **O que é Desenvolvimento Local?** Metodologia Gespar. Recife, PE: Projeto BNDES - Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD, 2002.

Apêndice A - Roteiro de entrevista.

Agricultores Familiares no município de Igarapé-Açu, Pará: estudo da participação em projetos de desenvolvimento local sustentável

QUESTIONÁRIO: _____

PROJETO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL (UFRA)

INFORMANTE: _____

DATA _____

- 01) No que consiste a experiência em Desenvolvimento Local Sustentável?
- 02) Quais os objetivos?
- 03) Quando foi implantada?
- 04) Que procedimentos metodológicos usa?
- 05) Quem são seus principais parceiros?
- 06) Que metas quer alcançar?
- 07) Qual a abrangência espacial da experiência?
- 08) Que etapas devem ser executadas?
- 09) Quem financia as ações?
- 10) Quem solicitou a implantação?
- 11) Quais as principais dificuldades enfrentadas?
- 12) Quais os principais avanços e benefícios alcançados?
- 13) De que maneira busca ser uma experiência participativa? Que mecanismos utiliza para estimular a participação entre os parceiros?
- 14) Por que algumas pessoas deixaram de participar?
- 15) A quem pertence a experiência?
- 16) Quem lidera as ações?
- 17) De que forma você participa do processo?
- 18) O que motiva você a participar?
- 19) Na sua opinião quem deveria estar à frente do processo?
- 20) O que o processo tem a lhe oferecer?

- 21) Quem elabora as ações?
- 22) Quais as principais ações elaboradas?
- 23) Quem executa as ações?
- 24) Quais as principais ações executadas?
- 25) Quem avalia as ações?
- 26) De que forma são feitas as avaliações?
- 27) De que maneira é feita a prestação de contas? A quem é feita?
- 28) Você tem idéia dos custos financeiros? Quanto?
- 29) Os recursos disponíveis são suficientes?

Anexo A - Folder de apresentação do Projeto BNDES – Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD

**BNDES PNUD
BNDES PNUD
BNDES PNUD**

Projeto BNDES - Desenvolvimento Local Cooperação Técnica do PNUD

Objetivos:

- ✓ Desenvolver uma ação Pedagógica educativa
- ✓ Influenciar a construção de políticas públicas inovadoras
- ✓ Apoiar o desenvolvimento econômico e social dos territórios
- ✓ Propor um novo caminho para o desenvolvimento com mais equidade e sustentabilidade
- ✓ Despertar a auto-estima dos cidadãos, como sujeitos da HISTÓRIA
- ✓ Investir no capital humano e social, para construir uma nova visão de futuro.

O que é ?

- ✓ É uma estratégia de intervenção social que busca construir, a partir dos atores locais, novas alternativas de desenvolvimento humano. Estimula o desenvolvimento produtivo, social, cultural, ambiental e político-institucional, para construção de uma sociedade mais justa e mais participativa.

Elementos e Estruturas

- ✓ Avanço da democracia participativa
- ✓ Integração de programas e projetos locais
- ✓ Criação de estruturas de negociação para o desenvolvimento
- ✓ Construção de redes de cooperação econômicas e sociais
- ✓ Fortalecimento das organizações comunitárias
- ✓ Gestão ambiental integrada

Pensamentos...

- ✓ Estimulo ao desenvolvimento produtivo com inclusão dos pequenos
- ✓ Educação para a equidade do gênero

Correr ou andar não importa, •
O que importa é saber se é certa
A direção em que se vai.
(Metusael Aleixo/Equipe Local)

Na certeza das propostas,
No objetivo de um caminho
Vinculado ao sucesso.

Esperamos no apoio impulsionar,
A verdadeira visão de futuro de
cada jovem.
(Ailton Ferreira/Equipe Local)

Jovens: força e organização são o
mais importante para se chegar a
essa difícil etapa!
(Valdete Pereira/Equipe Local)



Anexo B - Convite para a reunião de apresentação do Projeto DLIS.



Dlis

SEBRAE

Desenvolvimento local Integrado e Sustentável, uma estratégia para combater a pobreza e promover o desenvolvimento no Estado do Pará.

CONVITE

Convidamos toda sociedade local de Igarapé-Açu, a participar da reunião de abertura para apresentação e implantação do Programa **SEBRAE – Dlis** – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e da metodologia Dlis. Que se dará no seguinte endereço: Campus da UEPA, na travessa 07 de setembro, no dia 15 de setembro de 2003, a partir da 19:00h.

Por esse motivo gostaríamos de contar com a presença de todos.

Com antecipados agradecimentos, contamos com a sua presença.

Atenciosamente,



Prefeito Municipal



Consultora Dlis

Anexo C - Folder citando as instituições parceiras do projeto DLIS

Quando ele é sustentável?

É quando o processo de desenvolvimento leva em consideração a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, resgatando os valores éticos e culturais do local. E, principalmente a auto estima da sociedade.

Então, o desenvolvimento depende sobre tudo, da busca de informação, da organização e da vontade dos moradores do local de querer realmente que o ele aconteça.



PARCEIROS:




UFRA

SECTUR

CONCEOPMI

STR

COOPERAÇU



DLIS

Fórum de Igarapé-Açu-Pará - Brasil

Anexo D - Convite da entidade *Nheegatu* para Oficina de capacitação em Desenvolvimento Local.

**GRUPO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
(N H E E G A T U)**
GRANDE CAMINHO DAS CANOAS

Igarapé-Açu, 29.11.2004.

CONVITE

A **Equipe de Desenvolvimento Local de Igarapé-Açu** convida duas pessoas da Comunidade a participar de uma *oficina de capacitação para desenvolvimento local*.

Local: Sede do Operário

Data: 06 à 10 de dezembro de 2004.

Hora: Manhã: 8:00 às 12:00h

Tarde: 14:00 às 18:00h

Carla Juliana Louva da Silva.
Coordenadores